

CÂMARA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO ORDINÁRIA DE 26 DE SETEMBRO DE 2019

3 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PÓVOA DE VARZIM-----

É presente informação prestada pela Divisão de Gestão Urbanística e Licenciamentos, cujo teor se transcreve:-----

1. *Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, a proposta de Alteração ao Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim esteve sujeita a um período de discussão pública – entre os dias 23 de agosto e 19 de setembro de 2019 -, em conformidade com o Aviso n.º 13072/2019, de 16 de agosto (publicado na 2.ª série do Diário da República).-----*
2. *Findo o período de discussão pública cabe à Câmara Municipal ponderar as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares, ficando obrigada a responder, fundamentadamente, apenas às situações previstas no n.º 3 do art.º 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.-----*
3. *Para esse efeito, foi elaborado o Relatório de Ponderação anexo ao plano, onde se apresentam as participações recebidas bem como a apreciação efetuada pela equipa técnica.-----*
4. *Nos termos do n.º 6 do art.º 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, a Câmara Municipal, findo o período de discussão pública:-----*
 - a) *Pondera e divulga os resultados através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio da internet;-----*
 - b) *Elabora a versão final da proposta do plano para aprovação.-----*
5. *Uma vez que as participações recebidas não implicam a alteração da versão do Plano sujeita a Discussão Pública, é apresentado, em simultâneo com o Relatório de Ponderação, a versão final da proposta do plano.-----*
6. *Assim, propõe-se que:-----*

- a) *Seja decidido sobre o conteúdo da proposta formulada pela equipa técnica;-----*
- b) *Seja promovida a divulgação dos resultados através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio da internet;-----*
- c) *Aceite a apreciação efetuada pela equipa técnica, e conseqüentemente a proposta de plano apresentada, seja decidido remeter a mesma à Assembleia Municipal, para aprovação e efeitos subsequentes, nos termos do n.º 1 do art.º 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. -----*

Em concordância com a informação da Divisão de Gestão Urbanística e Licenciamentos, a Câmara **deliberou**, por unanimidade, aprovar a apreciação efetuada pela equipa técnica e, conseqüentemente, propor à Assembleia Municipal que, no exercício da competência que lhe é conferida pelo artigo 90.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), aprove a proposta de Alteração do Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim. -----

Informação interna n.º 3/19- DGUL-Planos

Assunto: APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA PÓVOA DE VARZIM

Data: 20-09-2019

De: DGUL-Planos


Para: C. DGUL

Despacho

1. Nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, a proposta de Alteração ao Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim esteve sujeita a um período de discussão pública - entre os dias 23 de agosto e 19 de setembro de 2019 -, em conformidade com o Aviso n.º 13072/2019, de 16 de agosto (publicado na 2.ª série do Diário da república).
2. Findo o período de discussão pública cabe à Câmara Municipal ponderar as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados pelos particulares, ficando obrigada a responder, fundamentadamente, apenas às situações previstas no n.º 3 do art.º 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.
3. Para esse efeito, foi elaborado o Relatório de Ponderação anexo ao plano, onde se apresentam as participações recebidas bem como a apreciação efetuada pela equipa técnica.
4. Nos termos do n.º 6 do art.º 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, a Câmara Municipal, findo o período de discussão pública:
 - a) Pondera e divulga os resultados através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio da internet;
 - b) Elabora a versão final da proposta do plano para aprovação.
5. Uma vez que as participações recebidas não implicam a alteração da versão do Plano sujeita a Discussão Pública, é apresentado, em simultâneo com o Relatório de Ponderação, a versão final da proposta do plano.

Ao DE. CAIHO

Por delegação,
A C.DMGUL


Filipa Azevedo
2019.09.20

6. Assim, propõe-se que:

- a) Seja decidido sobre o conteúdo da proposta formulada pela equipa técnica;
- b) Seja promovida a divulgação dos resultados através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do respetivo sítio da internet;
- c) Aceite a apreciação efetuada pela equipa técnica, e consequentemente a proposta de plano apresentada, seja decidido remeter a mesma à Assembleia Municipal, para aprovação e efeitos subsequentes, nos termos do n.º 1 do art.º 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Os Técnicos Superiores



Helena Oliveira, Arq.^a

Nuno Pinheiro, Arq.^o



Anexo:

- Relatório de Ponderação;
- Versão final da proposta do Plano de Urbanização da Póvoa de varzim.



Câmara Municipal
Praça do Almada
4490-438 Póvoa de Varzim
Portugal (PT)

T: (+351) 252 090 000
F: (+351) 252 090 010
E: geral@cm-pvarzim.pt
I: www.cm-pvarzim.pt

Alteração do Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim

Discussão Pública - Relatório de Ponderação dos resultados

I. ENQUADRAMENTO E PROCEDIMENTOS

O presente documento constitui o Relatório de Análise e Ponderação das participações e dos respetivos resultados da Discussão Pública da proposta de Alteração ao Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim, em cumprimento do disposto no artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. Em cumprimento do disposto no n.º 3 do Artigo 89.º do RJIGT, é obrigatório dar a resposta fundamentada a todos aqueles que tenham invocado:

- “A desconformidade ou incompatibilidade com programas e planos territoriais e com projetos que devam ser ponderados em fase de elaboração;
- A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- A lesão de direitos subjetivos.”

O período de discussão pública foi anunciado através do Aviso n.º 13072/2019 (anexo 1), publicado na 2ª série do Diário da República em 16 de agosto de 2019, estendendo-se entre os dias 26 de agosto e 20 de setembro de 2019. Para além disso, o período de discussão pública foi ainda anunciado na comunicação social (nos periódicos Voz de Póvoa e no Mais Semanário).

Os elementos que constituem a proposta de Alteração ao Plano, acompanhados do parecer emanado na conferência procedimental, foram disponibilizados no portal eletrónico da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, bem como estiveram disponíveis para consulta nas instalações do Posto do turismo da Póvoa de Varzim durante a duração do período de discussão pública.

II. ANÁLISE DAS PARTICIPAÇÕES

Durante o período de discussão pública foram recebidas nove participações, as quais se apresentam em anexo a este documento.

1. Remetente – Manuel Martins Moreira

A participação tem como objeto um prédio localizado no gaveto da Rua dos Courados junto à Avenida 25 de Abril com área total de 4495 m² (profundidade de 44/45 metros). O prédio classifica-se, por referência ao Plano de Urbanização, como Zonas Habitacionais de Expansão Tipificada HE5, prevendo também uma proposta viária (Outras Vias) a Nascente e Zonas Verdes Urbanas: percursos verdes e pedonais, alargamentos e praças verdes (integrando a Estrutura Ecológica) a Poente.

O munícipe solicita a revisão da largura da via prevista (perfil definido na alínea d) do art.º 54º, aplicável ao prédio por remissão da alínea c) do art.º 56º) e da largura da Zona Verde adjacente, aumentando a profundidade disponível no seu terreno para alegadamente viabilizar a implantação de edificação nos termos do previsto para a zona HE5.

Analisada a pretensão, e ponderados os instrumentos de gestão territorial vigentes, a resposta à participação é a seguinte:

A proposta apresentada não pode ser aceite, uma vez que incide sobre disposições do Plano de Urbanização que, no âmbito da presente alteração ao Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim, não constam dos termos de referência que a sustentam e que constam da deliberação de abertura do procedimento, e cuja alteração, uma vez que não se trata de uma disposição do regulamento que se tenha mostrado inconsistente durante o período de aplicação do plano, não se afigura oportuna.

Não obstante, a participação poderá ser reanalisada em sede de futura revisão deste Plano de Urbanização, ou de outro Plano com incidência na sua área territorial;

2. Remetente - Maria Moreira Gomes

A pretensão tem como objeto um prédio localizado na Rua Monsenhor Manuel Amorim. O prédio classifica-se, por referência ao Plano de Urbanização, como Zonas Habitacionais Não Tipificadas H14.

A munícipe solicita a alteração das regras para a zona H14, nomeadamente a alteração da alínea a) do n.º 4 do art.º 65º e outras alíneas correlacionadas com a mesma, propondo a alteração da tipologia de edifícios propostos pelo Plano de Urbanização para a zona. No seguimento desta alteração, e em conformidade, a munícipe propõe a revogação da alínea c) do n.º 4 do art.º 65º.

Analisada a pretensão, e ponderados os instrumentos de gestão territorial vigentes, a resposta à participação é a seguinte:

A proposta apresentada não pode ser aceite, uma vez que incide sobre disposições do Plano de Urbanização que, no âmbito da presente alteração ao Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim, não constam dos termos de referência que a sustentam e que constam da deliberação de abertura do procedimento, e cuja alteração, uma vez que não se trata de uma disposição do regulamento que se tenha mostrado inconsistente durante o período de aplicação do plano, não se afigura oportuna.

Não obstante, a participação poderá ser reanalisada em sede de futura revisão deste Plano de Urbanização, ou de outro Plano com incidência na sua área territorial;

3. Remetente - José Arlindo Vieira Ribeiro

A participação tem como objeto a via de ligação proposta (na hierarquia da estrutura viária do Plano de Urbanização classificada como "outras vias") entre a Rua Agonia Frasco e a Rua dos Favais, consistindo a proposta do munícipe na sua eliminação.

Analisada a pretensão, e ponderados os instrumentos de gestão territorial vigentes, a resposta à participação é a seguinte:

A proposta apresentada não pode ser aceite, uma vez que incide sobre disposições do Plano de Urbanização que, no âmbito da presente alteração ao Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim, não constam dos termos de referência que a sustentam e que constam da deliberação de abertura do procedimento, e cuja alteração, uma vez que não se trata de uma disposição do regulamento que se tenha mostrado inconsistente durante o período de aplicação do plano, não se afigura oportuna.

Não obstante, a participação poderá ser reanalisada em sede de futura revisão deste Plano de Urbanização, ou de outro Plano com incidência na sua área territorial;

4. Remetente - Joana Inês Rodrigues Nogueira

A participação tem como objeto um prédio localizado na Rua Patrão Sérgio, n.º11. O prédio classifica-se, por referência ao Plano de Urbanização, como Zonas Habitacionais a Conservar ou Consolidar HC2, e prevê no seu logradouro uma Zona de Equipamentos E2o (estudo previsto para o interior do quarteirão da Rua Patrão Sérgio e Rua António Graça).

A munícipe, na perspetiva de execução do equipamento previsto, questiona acerca da possibilidade de construção de edifício habitacional com frente para a área do equipamento (interior do quarteirão).

Analisada a pretensão, e ponderados os instrumentos de gestão territorial vigentes, a resposta à participação é a seguinte:

A proposta apresentada não pode ser aceite, uma vez que incide sobre disposições do Plano de Urbanização que, no âmbito da presente alteração ao Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim, não constam dos termos de referência que a sustentam e que constam da deliberação de abertura do procedimento, e cuja alteração, uma vez que não se trata de uma disposição do regulamento que se tenha mostrado inconsistente durante o período de aplicação do plano, não se afigura oportuna.

Não obstante, a participação poderá ser reanalisada em sede de futura revisão deste Plano de Urbanização, ou de outro Plano com incidência na sua área territorial;

5. Remetente - António Maia Laundos

A participação tem como objeto um prédio localizado no lugar de Quintela. O prédio classifica-se, por referência ao Plano de Urbanização, como Solo Rural - área agro-turística, a Sul.

O munícipe propõe a análise desta classificação uma vez que, alegadamente, o prédio é "abrangido por adjacência por áreas que afetam zonas industriais".

A referida Área agro-turística, a sul, insere-se na classe de espaços designada por solo rural (situado a norte e a sul da cidade) e constitui um elemento de valor ambiental: juntamente com outros elementos de valor semelhante presentes no território integram a estrutura ecológica necessária à qualidade ambiental da cidade, pelo que a sugestão não poderá ser atendida no âmbito desta alteração.

Não obstante, a participação poderá ser reanalisada em sede de futura revisão deste Plano de Urbanização, ou de outro Plano com incidência na sua área territorial;

6. Remetente - António Gomes Costa Subida

A participação tem como objeto várias parcelas de terreno localizadas ao longo da Avenida 25 de Abril. Os prédios classificam-se, por referência ao Plano de Urbanização, como Zonas Habitacionais de Expansão HE6.

A participação do remetente sustenta algumas preocupações, e alerta para algumas questões que alegadamente se têm manifestado pertinentes no desenvolvimento de estudos nesta área.

O munícipe conclui que os parâmetros fixados para a área serão pouco flexíveis, apontando para um modelo de ocupação pré-determinado. Defende a alteração de alguns parâmetros, apontando para modelo de ocupação distinto do preconizado pelo Plano de urbanização.

Analisada a pretensão, e ponderados os instrumentos de gestão territorial vigentes, a resposta à participação é a seguinte:

As zonas habitacionais são áreas predominantemente destinadas à habitação. A fim de evitar uma excessiva monofuncionalidade, estas áreas podem e devem incluir outros usos (nomeadamente equipamentos, funções terciárias e indústria do tipo 3), desde que os mesmos se tornem compatíveis com a habitação e se insiram nas condições de habitabilidade das respetivas zonas (art.º 47º do regulamento do Plano de Urbanização).

A alteração dos art.ºs 51º, 52º, 53º, 54º, 55º, 57º e 64º, e mais concretamente para a área envolvente à Avenida 25 de Abril, os art.ºs 80º, 88º e 100º, visam reduzir as limitações que o Plano impõe para as áreas em que incidem, sejam estas formais - a eliminação do índice de utilização mínimo, e fixação apenas do seu valor máximo - sejam de gestão fundiária e flexibilização da iniciativa.

A alteração ao Plano parte (também) do reconhecimento das limitações invocadas pelo remetente da participação, orientando a proposta para a sua redução. No entanto o modelo de ocupação do solo preconizado para a área envolvente à Avenida 25 de Abril mantém-se, não se aproximando daquele proposto pelo munícipe, pelo que, apesar de atendidas as preocupações expostas, a proposta de ocupação esboçada na sugestão não poderá ser atendida.

Não obstante, a participação poderá ser reanalisada em sede de futura revisão deste Plano de Urbanização, ou de outro Plano com incidência na sua área territorial;

7. Remetente – Rui Manuel Canastra de Azevedo Maia

A participação tem como objeto uma parcela de terreno localizada na Fonte da Bica, Penalves. O prédio classifica-se, por referência ao Plano de Urbanização, como Zona Terciária T20, e Percursos Verdes e Pedonais – alargamentos e praças verdes.

O município apresenta um estudo de ocupação do terreno fundamentado no reforço da proteção e valorização do património existente – Fonte da Bica – afastando a edificação em banda da mesma. O estudo apresentado, para efeitos da alteração do Plano de Urbanização, numa proposta de alteração das classes de solo para o local, na medida em que o edifício de maior desenvolvimento se localiza na Zona de Percursos Verdes e Pedonais – alargamentos e praças verdes.

Analisada a pretensão, e ponderados os instrumentos de gestão territorial vigentes, a resposta à participação é a seguinte:

A proposta apresentada não pode ser aceite, uma vez que incide sobre disposições do Plano de Urbanização que, no âmbito da presente alteração ao Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim, não constam dos termos de referência que a sustentam e que constam da deliberação de abertura do procedimento, e cuja alteração, uma vez que não se trata de uma disposição do regulamento que se tenha mostrado inconsistente durante o período de aplicação do plano, não se afigura oportuna.

Não obstante, a participação poderá ser reanalisada em sede de futura revisão deste Plano de Urbanização, ou de outro Plano com incidência na sua área territorial;

8. Remetente – Maria Albertina da Silva Finisterra

A participação tem como objeto um prédio localizado na Rua dos Limbados, Aver-o-Mar. O prédio classifica-se, por referência ao Plano de Urbanização, como Solo Rural – Área Agrícola, a Norte.

A município sugere a possibilidade de alterar a classificação do solo por forma a que este passe a contar com aptidão construtiva.

Analisada a pretensão, e ponderados os instrumentos de gestão territorial vigentes, a resposta à participação é a seguinte:

A referida Área Agrícola, a norte, insere-se na classe de espaços designada por solo rural (situado a norte e a sul da cidade) e constitui um elemento de valor ambiental: juntamente com outros elementos de valor semelhante presentes no território integram a estrutura ecológica necessária à qualidade ambiental da cidade, pelo que a sugestão não poderá ser atendida no âmbito desta alteração.

Não obstante, a participação poderá ser reanalisada em sede de futura revisão deste Plano de Urbanização, ou de outro Plano com incidência na sua área territorial;

9. Remetente – União das Freguesias de Aver-o-Mar, Amorim e Terroso

A participação reúne sugestões para alteração de ocupação e classes de solo, e para abertura de infraestruturas viárias, localizados em Aver-o-Mar. O remetente propõe:

- 1- Criar Zona de Atividades de Expansão e criar zona de construção, a poente da Rua Manuel Gomes Moreira (...). Diminuir o corredor verde junto à Ribeira.
- 2- Criar Zona de Construção (libertar de Reserva Agrícola a zona existente entre a Rua do Sargaceiro, Rua da Cruzela e Rua dos Limbados (...)).
- 3- Novos arruamentos:
 - a) Entre a Rua José Moreira Amorim e a Rua Fonte do Galo
 - b) Entre a Rua Padre Avelino Sampaio e a Rua Finisterra
 - c) Entre a Rua Padre Avelino Sampaio e a Travessa da Boucinha
 - d) Entre a Rua Padre Avelino Sampaio e a Via Atlântica
- 4- Frente Construtiva de ambos os lados na Rua José Moreira Amorim e rotunda de Santo André
- 5- Terreno a nascente do bairro social na Rua Silveira Campos, passa a zona de equipamentos
- 6- Retirar Zona de equipamentos E2 e continuar Zona de Atividades de Expansão
- 7- Rua 27 de Fevereiro, diminuir o corredor verde na zona HE3

Analisada a pretensão, e ponderados os instrumentos de gestão territorial vigentes, a resposta à participação é a seguinte:

- 1 - A área sugerida está já classificada, por referência ao Plano de Urbanização, como Área de Atividades de Expansão, e frente a poente da Rua Manuel Gomes Moreira está integrada nesta área, pelo já compreende a aptidão construtiva prevista no capítulo V do Regulamento do Plano de Urbanização. O corredor verde junto à Ribeira está classificado, por referência à carta de Condicionantes do Plano de Urbanização, como Reserva Ecológica Nacional, na tipologia Leito de Cheia. A área é atravessada pela proposta de alteração ao traçado da continuidade da Avenida 25 de Abril, cujo atravessamento terá que ser executado sob a forma de passagem aérea com suportes verticais pontuais, garantindo o

mínimo contacto com o solo, mantendo a integridade do sistema da reserva Ecológica Nacional. Neste contexto, não poderá ser atendida a sugestão de diminuição do corredor, uma vez que colide com os pressupostos da alteração preconizada.

- 2 - 6 e 7 - As propostas apresentadas não podem ser aceites, uma vez que incidem sobre disposições do Plano de Urbanização que, no âmbito da presente alteração ao Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim, não constam dos termos de referência que a sustentam e que constam da deliberação de abertura do procedimento, e cuja alteração, uma vez que não se tratam de disposições do regulamento que se tenham mostrado inconsistentes durante o período de aplicação do plano, não se afigura oportuna.

Não obstante, a participação poderá ser reanalisada em sede de futura revisão deste Plano de Urbanização, ou de outro Plano com incidência na sua área territorial;

- 3 - Analisadas as propostas de arruamentos apresentada, caber referir que:
- a) / b) e c) Os arruamentos a localizar em áreas com vocação construtiva, apesar de não estarem previstos na Planta de Zonamento do Plano de Urbanização, na medida em que serão necessárias à estruturação de grandes áreas, podem ser executadas a qualquer momento no âmbito das operações urbanísticas de iniciativa privada, admitidas para as respetivas zonas;
 - d) A proposta já está contemplada na carta de Zonamento do Plano de Urbanização.
- 4 - A proposta não está inserida na área de aplicação do Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim.
- 5 - O terreno sugerido está classificado, com referência ao Plano de Urbanização como Zonas Habitacionais de Expansão HE1. As zonas habitacionais são áreas predominantemente destinadas à habitação. A fim de evitar uma excessiva monofuncionalidade, estas áreas podem e devem incluir outros usos (nomeadamente equipamentos, funções terciárias e indústria do tipo 3), desde que os mesmos se tornem compatíveis com a habitação e se insiram nas condições de habitabilidade das respetivas zonas (art.º 47º do regulamento do Plano de Urbanização). Neste contexto, a sugestão não implica qualquer alteração ao Plano de Urbanização.

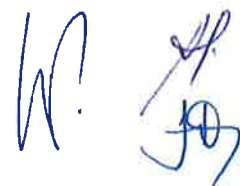
III. Anexos

Anexo 1 - Ata da conferência procedimental

Anexo 2 - Publicação em Diário da República do procedimento de discussão pública

Anexo 3 - Publicitação do procedimento de discussão pública nos periódicos Voz de Póvoa e no Mais Semanário

Anexo 4 - Participações recebidas



ACTA DE CONFERÊNCIA PROCEDIMENTAL

Realizada nos termos do n.º3 do Artigo 86.º e do n.º 1 e n.º 2 do art.º 119.º,
do RJIGT, revisto pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

Assunto: Alteração do Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim

I IDENTIFICAÇÃO DO PLANO:

Designação: Alteração do Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim
Concelho: Póvoa de Varzim
Proc.º Administrativo N.º: DSOT-IGT_18/2019
Data: 05/06/2019 (convocatória) 14/06/2019 (realização)

Pelas 14:30 do dia 14 de junho de 2019, reuniu nas instalações da CCDR-N, no Porto, a conferência procedimental destinada a apreciar e emitir parecer sobre a **Alteração do Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim**.

Foram convocadas as seguintes entidades, representadas por:

CCDR-N	António Geada	(Arq.º)
APA – ARH Norte	Pedro Moura	(Dr.)
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional	Conceição Ezequiel	(Eng.ª)
Infraestruturas de Portugal - Gestão Regional de Aveiro e Porto	Ângela Sá	(Eng.ª)
Câmara Municipal da Póvoa de Varzim	Helena Pais Oliveira Nuno Pinheiro	(Arq.º) (Arq.)

De referir que a presente ata **está a ser feita em 14/06/2019, com a presença da CCDR-N e Câmara Municipal da Póvoa de Varzim** devido ao facto de as demais entidades não terem comparecido na data da convocatória. Tal situação deveu-se ao facto da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) não ter remetido os email convocatória. Contudo, após receção via email ou por carregamento na PCGT todas as entidades se pronunciaram, possibilitando, assim, ultrapassar esta falha informática da PCGT que aliás foi confirmada pela responsável da mesma na Direção Geral do Território.

Handwritten initials and signatures in blue ink.



Presente a proposta de alteração do Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim, estas pronunciaram-se sobre a mesma no seguinte sentido:

A CCDR-NIDSOT pronunciou-se nos seguintes termos:

“Analisadas as alterações ao regulamento é nosso entendimento que não são postas em causa quaisquer disposições legais ou regulamentares.

Quanto às alterações à Planta de Zonamento e planta anexa (Planta de Orientação Executória) as quais consistem na alteração do traçado do prolongamento para norte da Avenida 25 Abril, ajustamento da zona de equipamentos E3 e E4, e eliminação da UOPG n.º 2 (índice médio) também não contrariam quaisquer disposições legais ou regulamentares.

No entanto, no que toca à alteração do traçado da via e à sua eventual interferência com a Reserva Ecológica Nacional temos a referir que face ao proposto foi emitido parecer favorável à proposta de alteração do PU condicionado a que CM da Póvoa de Varzim garanta o cumprimento cumulativo dos seguintes requisitos:

- O traçado de via existente será restituído, removendo o aterro e repondo as cotas originais e realizando todas as demais operações necessárias à sua renaturalização, e portanto, à restituição da coerência do sistema e que o material inerte proveniente da desativação será reutilizado na execução do novo traçado;*
- A nova solução de via, por forma a minimizar o impacto no leito de cheia, seja consubstanciada sob a forma de passagem aérea com suportes verticais pontuais.*

Por último, como não existe ainda o projeto da nova solução de via, tendo que a mesma ser aferida em sede do projeto de execução, com os respetivos estudos complementares (ex: hidráulicos) e os requisitos anteriormente referidos, só nessa fase poderá esta CCDR, bem como certamente a APAIARHN, enquadrar solução do ponto de vista do RJREN, a qual poderá passar eventualmente pela instrução de um processo de RRIP, tal como previsto no artigo 21.º do RJEN.

Quanto à Avaliação Ambiental Estratégica, ainda que a deliberação de Câmara Municipal nada refira nesta matéria poder-se-á inferir que a Câmara Municipal concordou com a dispensa de AAE, ao mencionar no aviso “A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta apresentada pelo Presidente da Câmara” e esta referir a esta alteração não é suscetível de ter efeitos significativos no ambiente e assim pode ser dispensada do procedimento de AAE.”





Handwritten initials and signatures in the top right corner.

A APA – ARH Norte pronunciou-se favoravelmente com as seguintes recomendações:

“Analisada a documentação disponível na plataforma da PCGT, datada de fevereiro de 2019, e considerando o que é referido na proposta, nomeadamente:

- a) a estrutura a implementar, por forma a minimizar o impacto no leito de cheia, irá ser consubstanciada sob a forma de passagem aérea com suportes verticais pontuais, garantindo o mínimo contacto com o solo e a transposição integral da Zona Ameaçada pelas Cheias, sem causar qualquer obstrução ao livre curso da água.*
- b) a solução será aferida em sede do projeto de execução da via, e devidamente alicerçada em estudo hidráulico.*
- c) a desativação do troço de via existente far-se-á com a restituição da área atualmente ocupada pela via, à tipologia REN removendo o aterro e repondo as cotas originais, e realizando todas as demais operações necessárias à sua renaturalização, e portanto, à restituição da coerência do sistema.*

Podemos portanto concluir que a proposta, tal como é descrita, irá melhorar o escoamento atual da linha de água, (passagem hidráulica sob o aterro criado para a via existente), e não criará obstáculos à expansão do caudal de cheia, pelo que obtém da parte da ARH do Norte, parecer favorável.”

A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional emitiu parecer favorável condicionado nos seguintes termos:

“No âmbito da Alteração ao Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim, cuja área de intervenção é abrangida pela Servidão Militar do PM008/Póvoa de Varzim- Quartel de Paredes (Decreto n° 33/98 de 98.09.07) e da Servidão Militar da Estação Radionaval "Almirante Ramos Pereira" (Decreto n°19/2002 de 27 de maio), informa-se que o mesmo merece parecer favorável condicionado a que todas as alterações a nível de Regulamento não se sobreponham às condicionantes instituídas pelas referidas servidões militares.

Mais se informa que qualquer tipo de construção, à superfície ou enterrada, na área de servidão militar fica condicionada ao parecer da Defesa Nacional.”

A Infraestruturas de Portugal - Gestão Regional de Aveiro e Porto emite parecer favorável à proposta da PUPV, condicionado à retificação dos aspetos mencionados, os quais deverão ser refletidos nas peças gráficas e na parte escrita que lhes fizer referência nos termos e condições da informação desta entidade anexa à presente ata.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Anexos: Parecer_ip_pu_povoa_de_varzim_11-06-2019, referido na ata.



Handwritten initials and signature in blue ink.

PARECER IGT

“Alteração do Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim”

Gestão Regional do Porto e Aveiro

11-06-2019

Handwritten initials and signatures in blue ink.

1. ENQUADRAMENTO

O presente parecer incide sobre a proposta de “Alteração do plano de Urbanização da Póvoa de Varzim”, designado por PUPV, para efeitos da Conferência Procedimental a realizar no dia 11 de Junho de 2019, na CCDR-Norte.

A proposta de Alteração ao PUPV tem como objetivos:

- “Reformulação dos parâmetros urbanísticos médios e respetivas áreas de aplicação, bem como das regras de execução, no sentido de conduzir a uma maior dinâmica urbanística por parte dos proprietários e promotores na área de intervenção estratégica e prioritária designada por Avenida 25 de Abril;
- Alteração ou clarificação das disposições do regulamento que durante o período de aplicação do plano se mostraram inconsistentes;
- Alteração/adaptação das disposições do Regulamento em conformidade com a legislação entretanto alterada;
- Atualização da Planta de Condicionantes, decorrente da atualização das servidões administrativas e restrições de utilidade pública;
- Alteração do traçado do prolongamento para norte da Avenida 25 de Abril;
- Ajustamento da zona de equipamentos E3 e E4.”



Figura 1 – Extrato da Planta “APOIO_DesenhoSinteseAlteracoes_fevereiro 2019” (s/escala)

Handwritten initials and signatures in blue ink.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A área abrangida pelo PUPV é servida por rede rodoviária e infraestruturas ferroviárias sob responsabilidade da IP, e rodovias integradas em Concessões do Estado, sob tutela do IMT.

Tratando-se de um procedimento de Alteração de um Plano revisto em 2011, importa referenciar as alterações entretanto ocorridas em matéria de legislação rodoferroviária:

Como ponto prévio salienta-se a publicação do **Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio**, que procede à fusão, por incorporação, da EP - Estradas de Portugal, SA, na REFER - Rede Ferroviária Nacional, EPE, transforma a REFER em sociedade anónima, redenominando-a para **Infraestruturas de Portugal, S.A.**, e aprova os respetivos Estatutos da empresa. De acordo com o n.º 1 do art.º 23, a IP, SA foi formalmente criada no dia 1 de junho de 2015.

Destaca-se ainda a entrada em vigor do novo **Estatuto das Estradas da Rede Rodoviária Nacional (EERRN), Lei n.º 34/2015 de 27 de abril**, cujo âmbito de aplicação se estende também às Estradas Nacionais Desclassificadas, ainda não entregues aos municípios.

O novo Estatuto, em vigor desde 26 de julho de 2015, revoga, para além da Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, os diplomas mencionados no artigo 5.º da Lei 34/2015, incluindo o DL 13/71 e o DL 13/94.

Refira-se que as zonas de servidão *non aedificandi* aplicáveis à rede rodoviária nacional, estradas regionais e estradas desclassificadas, estão definidas nos artigos 32.º, da Lei n.º 34/2015 de 27 de abril.

Das novas disposições legais em matéria de proteção da rede rodoviária decorrentes do EERRN, salienta-se o papel da IP enquanto Administração Rodoviária e consequentes poderes de autoridade pública na área de jurisdição rodoviária (artigo 41º, 42º e 43.º), isto é, a área abrangida pelos bens do domínio público rodoviário do Estado, cuja composição abrange as estradas a que se aplica o EERRN, bem como as zonas de servidão rodoviária e a designada zona de respeito.

Esta zona de respeito, definida no artigo 3º, alínea vv) do EERRN, compreende “...a faixa de terreno com a largura de 150 m para cada lado e para além do limite externo da zona de servidão *non aedificandi*, na qual é avaliada a influência que as atividades marginais à estrada podem ter na segurança da circulação, na garantia da fluidez de tráfego que nela circula e nas condições ambientais e sanitárias da sua envolvente.”

Assim, as operações urbanísticas em prédios confinantes e vizinhos das infraestruturas rodoviárias sob jurisdição da IP estão sujeitas às limitações impostas pela zona de servidão *non aedificandi* e, se inseridas em zona de respeito, a parecer prévio vinculativo desta empresa, nos termos do disposto no artigo 42.º n.º 2 alínea b) do EERRN.

Refira-se que as referências à Rede Rodoviária Nacional (RRN) no Plano deverão respeitar a identificação, hierarquia e nomenclatura exposta no Plano Rodoviário Nacional (PRN, publicado pelo Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 19-D/98, de 31 de Outubro e alterado pela Lei n.º 98/99, de 26 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de Agosto) no âmbito do qual a RRN é constituída pela rede nacional fundamental (IP) e pela rede nacional complementar (IC e EN).

O PRN integra uma outra categoria de estradas, as “Estradas Regionais”, as quais, de acordo com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, asseguram as comunicações públicas rodoviárias do continente com interesse supramunicipal e complementar à RRN, de acordo com a Lista V anexa ao Decreto-Lei

Para além das estradas da RRN e Estradas Regionais há ainda a referir as estradas não incluídas no PRN, “estradas nacionais desclassificadas”, as quais manter-se-ão sob jurisdição da IP até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação dominial entre a IP e as Câmaras Municipais.

Para a rede ferroviária, salienta-se:

- O regime de proteção a que está sujeita, definido pela legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro, relativo ao domínio público ferroviário; e
- O Decreto-Lei n.º 568/99, de 23 de dezembro, que aprova o Regulamento de passagens de nível.

Refira-se que qualquer proposta de intervenção/alteração na rede rodoviária e ferroviária sob jurisdição da IP, SA, deve ser objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, devendo os respetivos projetos cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis em vigor, e ser previamente submetidos a parecer e aprovação da IP, SA.

3. IDENTIFICAÇÃO DA REDE RODOVIÁRIA E INFRAESTRUTURAS FERROVIÁRIAS

A área de intervenção do Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim abrange o núcleo urbano da cidade da Póvoa de Varzim, que é limitada a nascente pelo IC1/A28, a poente pelo mar, e a sul pelo limite de concelho (figura 2).

Handwritten signature



Figura 2 - Limite da área de Intervenção do PUPV, com a Identificação da rede rodo e ferroviária nacional (SIG IP - s/ escala)

3.1. Rede Rodoviária

Considerando a **rede rodoviária** existente, e de acordo com o PRN em vigor, verifica-se que a área do PU interfere diretamente com:

➤ Rede Rodoviária Nacional (RRN)

Rede Nacional Complementar

Itinerários Complementares

- IC1/A28, integrada na concessão Norte Litoral, tutelada pelo IMT;

- **IC5/A7**, ramos do Nó da Póvoa de Varzim (A7/A28), integrada na concessão Norte tutelada pelo IMT (ver Figura 3);



Figura 3 - Imagem do Nó A7/A28 (SIG IP – s/ escala).

➤ **Estradas Regionais**

- **ER206**, entre o km 1+020 (prox. limite concelho de Vila de Conde) e o km 2+320 (Nó A7/A28), sob jurisdição da IP

➤ **Estradas Nacionais Desclassificadas, ainda sob jurisdição da IP**

- **EN(d)13**, entre o km 25+340 (limite concelho Vila de Conde) e o km 30+090 - entroncamento com o ramal da EM13 (antigo acesso ao IC1)
- **EN(d)205**, entre o km 0+000 (intersecção com a EN(d)13) e o km 2+050 (interrupção construção A28)
- **EN(d)206**, entre o km 0+680 (limite concelho de Vila de Conde) o km 2+280 (PI à A28)
- **Ramal da EM13 (antigo acesso ao IC1)**, entre o km 0+000 (entroncamento com EN(d)13) e o km 1,200 (intersecção com Rua de José André)

À luz da nova legislação em vigor, Lei n.º 34/2015 de 27 de abril, a zona de servidão *non aedificandi* (ZNA) aplicável aos referidos troços de estrada, quer da concessão IP, quer das Concessões do Estado, é o previsto no artigo 32º, n.º 8.

A identificação, hierarquia e zonas de servidão atrás descritas, devem estar refletidas nos documentos do PU, nomeadamente na Planta de Condicionantes e Regulamento, e nas partes escritas e desenhadas que lhes fizer referência.



Para além destas servidões legais, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 42.º do EERRN, as obras e atividades que decorram na zona de respeito à estrada, nos termos em que se encontra definida na alínea vv) do artigo 3.º (150m para cada lado e para além do limite externo da ZNA), estão sujeitas a parecer prévio vinculativo da administração rodoviária, nas condições do citado artigo.

As restantes vias no concelho, não classificadas pelo PRN e transferidas para a autarquia, pertencem ao património viário municipal.

3.2. Rede Ferroviária

No que respeita à rede ferroviária, a área do PUPV é abrangida pelo **Ramal de Famalicão (sem exploração)**.

As linhas ferroviárias, com ou sem exploração, integram Domínio Público Ferroviário (DPF), pelo que estão sujeitas ao regime de proteção definido pelo Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de novembro, com zonas *non aedificandi* associadas, que a proposta deve acautelar.

Parte do canal de Ramal de Famalicão está concessionado à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim para utilização como ecopista, pelo que, para além das referidas condicionantes, a CM deverá cautelar o cumprimento do Contrato Administrativo n.º 05/06/CA/PI, devendo os projetos associados a qualquer proposta de Intervenção em DPF ser previamente submetidos a parecer e aprovação da IP.

4. ANÁLISE DA PROPOSTA DE PLANO

A presente análise foi efetuada considerando as premissas do procedimento de Alteração, pelo que as sugestões, recomendações e alterações expostas em seguida consubstanciam-se numa perspetiva similar de aperfeiçoamento e definição clara das regras vertidas no PUPV.

4.1. Regulamento

Na identificação das servidões rodoviárias, devem observar-se três categorias de estradas (rede rodoviária nacional de acordo com o disposto no PRN, estradas regionais e estradas nacionais desclassificadas sob jurisdição da IP), e remeter-se para a legislação em vigor os seus condicionalismos específicos, nomeadamente as zonas de servidão *non aedificandi* aplicáveis.

Importa ter presente, que para além das estradas da RRN e Estradas Regionais, há ainda a referir as estradas não incluídas no PRN, "estradas desclassificadas", as quais manter-se-ão sob jurisdição da IP até integração na rede municipal, mediante celebração de acordos de mutação

dominial nos termos do artigo 40.º do EERRN (Lei n.º 34/2015). Enquanto não forem efetivados os respetivos processos de transferência, as zonas de servidão *non aedificandi* são estabelecidas em conformidade com o disposto no artigo 32.º do mesmo diploma.

Neste sentido, considera-se que o texto da alínea h) do artigo 15º - Regime deve ser revisto, nos termos acima referidos, sugerindo-se a seguinte redação:

“h) Rede Rodoviária Nacional, Estradas Regionais e Estradas Nacionais Desclassificadas pelo PRN”

Deverá ainda ser referenciado neste capítulo/artigo que as zonas de servidão rodoviária e ferroviária regem-se pelos respetivos regimes legais em vigor, sendo a delimitação gráfica na planta de condicionantes apenas indicativa, prevalecendo sempre a legislação em vigor.

No que respeita ao artigo 16.º - Descrição, o qual refere que as servidões administrativas e restrições de utilidade pública “...são descritas de forma resumida em documento específico, que acompanha o PUPV”, informa-se que a proposta de plano não se fez acompanhar deste documento, pelo que não foi possível apreciar o seu conteúdo. Não obstante, recomenda-se a atualização do mesmo de acordo com o novo EERRN, devendo respeitar-se a identificação, hierarquia e zonas de servidão atrás descritas.

Relativamente ao Capítulo 3 - Outras Condicionantes, verifica-se que são estabelecidas condicionantes relativas a “Faixa Contígua ao IC1”. A proposta de alteração ao Regulamento propõe a revogação da alínea a) e mantém a alínea b) do artigo 18.º com a seguinte redação “*Deve ser elaborado, pelo EP, SA, um plano de monitorização e redução de ruído.*”.

A proposta de Plano não veio acompanhada de uma planta com identificação das “Outras Condicionantes” pelo que se desconhece a dimensão dessa faixa contígua ao IC1.

Não obstante, recomenda-se a eliminação do termo EP, SA, pois, para além de se tratar de empresa entretanto extinta que deu lugar após fusão com a REFER em 2015, à IP, SA, o IC1 integra uma concessão do Estado, tutelada pelo IMT.

No que diz respeito ao artigo 35º, n.º6, não se vê inconveniente na redação e representação na Planta de Zonamento da faixa “Verde de Proteção ao IC1”, devendo no entanto ser consagrado neste artigo que, os projetos e intervenções enquadráveis neste espaço (revestimento arbóreo, instalação de estruturas de proteção sonora e outras) devem cumprir a legislação em vigor, e ser previamente submetidos a parecer e aprovação das entidades competentes para o efeito.

Refira-se que a Planta de Zonamento não foi atualizada no que diz respeito à representação desta faixa de proteção, pois não corresponde, tal como refere o n.º 6 do artigo 35º, “à zona *non aedificandi* definida pela servidão administrativa do IC1”



O artigo 30.º, referente à identificação da estrutura viária deverá discriminar quais as infraestruturas viárias que se enquadram em cada nível hierárquico, tendo em conta que não é claro em que níveis estão integradas as estradas sob jurisdição da IP e IMT.

De facto, de acordo a representação constante da Planta de Zonamento, admite-se que praticamente toda a rede de estradas nacional se encontre inserida no 1.º nível – Rede Coletora e 2.º nível – Rede Distribuidora Principal; no entanto esta representação não é clara, pelo que importa que a parte escrita faça menção às estradas nacionais integradas em cada nível.

Por outro lado, verifica-se que o artigo 30.º do Regulamento impõe perfis transversais para cada nível, deverá ajustar-se a redação daquele artigo, remetendo-se para as disposições legais e normativas aplicáveis em vigor, as características e parâmetros de dimensionamento, dos lanços das infraestruturas rodoviárias sob jurisdição da IP e IMT.

Refira-se ainda que a implementação de novos postos de abastecimento de combustíveis, em estradas sob jurisdição da IP, é definida pelo Decreto-Lei n.º 87/2014, de 29 de maio, e Portarias n.º 53/2015 e 54/2015, pelo que o n.º 3 do artigo 31.º do Regulamento, deverá remeter para as disposições legais e normativas aplicáveis em vigor no que diz respeito à proposta de novos postos de abastecimento de combustíveis a instalar em estradas nacionais.

Da leitura do artigo 91.º - Remodelação da linha férrea, e da Planta de Zonamento, verifica-se que se propõe a construção de metro ligeiro de superfície sobre parte do Ramal de Famalicão (sem exploração) até à Av. 25 de Abril. Relembra-se que os projetos das intervenções propostas em Domínio Público Ferroviário devem ser submetidos à apreciação e aprovação da IP para verificação do cumprimento do Contrato Administrativo nº 05/06/CA/PI, através do qual parte do canal do Ramal de Famalicão se encontra concessionado à CM da Póvoa de Varzim para utilização de ecopista.

Assim, no Regulamento sugere-se a existência de um artigo onde seja referido, que qualquer intervenção em zonas confinantes ou vizinhas do Domínio Público Ferroviário está condicionada ao cumprimento da legislação aplicável em vigor e ao parecer favorável da respetiva entidade competente.

Em sede de Regulamento recomenda-se ainda que fique consagrado que qualquer proposta de intervenção, direta ou indireta, na rede rodoviária sob jurisdição Administração Rodoviária, deve ser objeto de estudo específico e de pormenorizada justificação, devendo os respetivos projetos cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis em vigor, e ser previamente submetidos a parecer e aprovação das entidades competentes para o efeito.

4.2. Planta de Condicionantes

Analisada a Planta de Condicionantes verifica-se que a mesma foi atualizada no que diz respeito à representação das zonas de servidão *non aedificandi* (ZNA) aplicáveis aos troços da rede rodoviária sob jurisdição da IP e IMT.

Convém salientar que a delimitação na Planta de Condicionantes da ZNA de acordo com o EERRN é complexa, devendo ter-se em atenção o seguinte:

- As limitações impostas pela ZNA estabelecida no artigo 32º, n.º 8, alínea e) do EERRN – “Nós de ligação: um círculo de 150 m de raio centrado na interseção dos eixos das vias, qualquer que seja a classificação destas”, aplicam-se a todos os nós de ligação entre estradas a que se aplica o EERRN ou entre estas e qualquer outra estrada ou arruamento.
- O ponto de aplicação do centro do círculo é a intersecção das vias que o Nó estabelece a ligação, independentemente da existência de outras intersecções com ramos.
- De acordo com a definição constante do artigo 3.º, alínea z), do EERRN, «Nó de ligação», é “o conjunto de ramos que asseguram a ligação entre as estradas que se cruzam a níveis diferentes”, pelo que, para aplicação do disposto no artigo 32.º n.º 8, os ramos dos Nós de ligação não são considerados EN, tal como são as “ligações aos Nós” (artigo 32.º, n.º 9).
- A zona de servidão *non aedificandi* (ZNA) a considerar nos ramos dos Nós que não fiquem dentro do círculo de proteção com raio de 150m, deve ser a medida referenciada à zona da estrada nas alíneas a), b), c) ou d) do n.º 8 do artigo 32º, consoante a classificação da via (e não a do eixo da estrada). Ou seja, o limite da ZNA nos ramos dos nós de ligação (que fiquem de fora dos 150m) deve estender-se até 20,15 ou 5 m do limite da zona da estrada, consoante a classificação da rodovia.

No caso da rede ferroviária e como atrás referido, a mesma está sujeita ao regime de proteção definido pelo Decreto-Lei nº 276/2003, de 4 de novembro.

As áreas de proteção da ferrovia dependem do limite do Domínio Público Ferroviário e das zonas *non aedificandi* previstas nos artigos 15º e 16º do supracitado DL que variam em função do tipo de construções e da atividade, sendo por isso de complexa representação à escala da Planta de Condicionantes.

Assim, a legenda da Planta de Condicionantes deverá contemplar a seguinte referência: “A presente representação gráfica das zonas de servidão *non aedificandi* aplicável à rede rodoviária nacional e infraestruturas ferroviárias têm carácter indicativo, não dispensado o cumprimento da legislação vigente”.



Verifica-se ainda a representação da “zona de respeito” na Planta de Condicionantes. Note-se que a zona de respeito (faixa de 150m para além da ZNA) não constitui uma zona de servidão e por conseguinte, não deverá ser representada na Planta de Condicionantes. Contudo, sugere-se que esta questão seja avaliada/validada pela CCDR-Norte.

Na legenda sugere-se ainda que seja retirada a menção a “carácter industrial/edifícios” associado a IC.

Para que sejam facilmente reconhecidas e distinguidas importa ainda identificar a rede viária nacional de acordo com a sua nomenclatura, tanto na Planta de Zonamento como na Planta de Condicionantes.

4.3. Planta de Zonamento

Na Planta de Zonamento, para além da identificação da RRN de acordo com a sua nomenclatura, deve ainda, quer em termos de representação cartográfica quer em termos de legenda, ser assegurada uma legibilidade que permita destriçar diretamente as propostas de iniciativa municipal das estradas nacionais.

No que diz respeito à construção da Estrutura viária envolvente ao Parque da Cidade (artigo 93.º do Regulamento), que inclui a “Construção de via coletora – da Avenida 25 de Abril ao antigo acesso norte ao IC1”, e estrada de ligação à EN13, informa-se que o projeto de execução destas vias, designado por “Via Circular Urbana da Cidade (troço Norte)” se encontra em análise na IP atento às interferências com o antigo acesso ao IC1 e a EN13.

Este projeto representa o traçado da via de acordo com a proposta de alteração agora apresentada, pelo que não se vê inconveniente na sua representação no PU.

Convém, no entanto, salientar que qualquer intervenção prevista no PUPV que implique alterações na rede rodoviária existente da jurisdição da IP, carece de prévia apreciação e aprovação da IP, devendo ainda compatibilizada com os estudos/projetos que estejam a decorrer nesta empresa.

Salvaguarda-se, ainda, a eventual necessidade de elaboração de estudos técnicos associados à caracterização do tráfego, que cumpram as normas em vigor na IP e que permitam avaliar o impacte das novas acessibilidades municipais previstas no PU na rede rodoviária da jurisdição da IP, nomeadamente no que se refere às vias previstas ligar à ER206 (variante) e EN13. De facto, novas ligações devem ser limitadas, assegurando-se a articulação das futuras acessibilidades às atualmente existentes, não se devendo considerar novas acessibilidades diretas, por constituírem pontos de conflito que comprometem o nível de serviço das vias e condicionam a fluidez do tráfego.



Figura 4 – Proposta de alteração do traçado do prolongamento para norte da Avenida 25 de Abril (extrato do documento "MemoriaDescritiva_AlteracaoPUPV_Marco2019")

A introdução de novos polos geradores de tráfego (novos empreendimentos) deve obedecer, em tudo, ao exposto anteriormente.

5. CONCLUSÃO

Em face do exposto emite-se parecer favorável à proposta da PUPV, condicionado à retificação dos aspetos acima mencionados, os quais deverão ser refletidos nas peças gráficas e na parte escrita que lhes fizer referência.

Relembra-se que no que se refere aos lanços rodoviários integrados nas Concessões do Estado, deverá ser consultado o IMT, a quem compete a emissão de parecer e imposição de eventuais condicionalismos, bem como a pronúncia sobre eventuais propostas de alteração/reformulação de nós de ligação da A28.

11 de Junho de 2019

(BB/ PE-PLN; SC/IPP-EC; IMS /RP-PTA)



MUNICÍPIO DA PÓVOA DE VARZIM

Aviso n.º 13072/2019

Sumário: Discussão pública alteração ao PUPV.

Alteração ao Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim

Discussão pública

Aires Henrique do Couto Pereira, Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, torna público, para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e em cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 9 de julho de 2019, que, a partir do 5.º dia útil a seguir à publicação deste aviso no *Diário da República*, e durante 20 dias, se encontra aberto um período de discussão pública da proposta de Alteração do Plano de urbanização da Póvoa de Varzim.

A referida proposta, acompanhada dos pareceres emitidos em sede de conferência procedimental, estarão disponíveis para consulta nas instalações do Posto de Turismo da Póvoa de Varzim, sito na Praça do Marquês de Pombal, nesta cidade, de segunda-feira a sexta-feira, entre as 9h30 e as 13h00 e entre as 14h30 e as 18h00.

A proposta e os demais elementos acima referidos serão também disponibilizados para consulta no site da Câmara Municipal na Internet.

Durante o período de discussão pública, qualquer reclamação, observação, sugestão ou pedido de esclarecimento deve ser enviado por correio eletrónico para geral@cm-pvarzim.pt ou remetido por correio registado, endereçado ao Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim — “Alteração ao Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim” — Praça do Almada, 4490-438 Póvoa de Varzim.

Para constar se publica o presente aviso no *Diário da República* e na comunicação social sendo ainda afixados nos lugares de estilo outros de igual teor.

2019-07-11. — O Presidente da Câmara, *Aires Henrique do Couto Pereira*.

612449574

Alteração ao regulamento do Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim

Os artigos 15.º, 18.º, 30.º, 31.º, 35.º, 42.º, 51.º, 52.º, 53.º, 54.º, 55.º, 57.º, 60.º, 61.º, 64.º, 76.º, 79.º, 80.º, 88.º, 91.º, 100.º, 101.º, 104.º, do regulamento do Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2006, de 27 de janeiro, passam a ter a seguinte redação:

Art.º 15º - [...]

1 - Regem-se pela legislação aplicável as servidões administrativas e restrições de utilidade pública ao uso do solo seguidamente identificadas e que constam da planta de condicionantes:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h) Rede Rodoviária Nacional, Estradas Regionais e Estradas Nacionais Desclassificadas pelo PRN;
- i)
- j) Domínio Público Ferroviário;
- l)
- m)
- n)
- o)
- p)

2 – As zonas de servidão rodoviária e ferroviária regem-se pelos respetivos regimes legais em vigor, sendo a delimitação gráfica na planta de condicionantes apenas indicativa.

Art.º 18º - [...]

A faixa contígua ao IC1 fica sujeita aos seguintes condicionalismos:

- a)
- b) Deve ser elaborado, pela tutela, um plano de monitorização e redução de ruído.

Art.º 30º - Identificação e características

- 1-
- a) Rede colectora (inclui ER206);
- b) Rede distribuidora principal (inclui EN206 e EN13);

- c) Rede distribuidora secundária (inclui EN205);
- d)
- e)
- 2-
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- 3-
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- 4-
- 5-
- a)
- b)
- 6-
- 7- As características e parâmetros de dimensionamento dos troços de via sob jurisdição da IP e IMT deverão cumprir com as disposições legais e normativas aplicáveis em vigor.

Art.º 31º - [...]

- 1-
- 2-
- 3-
- a)
- b)
- c)
- d)
- e) A proposta de novos postos de abastecimento de combustíveis a instalar em estradas nacionais, deverá cumprir com o disposto nas disposições legais e normativas aplicáveis em vigor.

Art.º 35º - [...]

- 1-
- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- 2-
- 3-
- a)
- b)
- 4-
- 5-
- a)
- b)
- c)
- 6-
- a)
- b)
- c) Os projetos e intervenções enquadráveis nesta zona (revestimento arbóreo, instalação de estruturas de proteção sonora e outras) devem cumprir a legislação em vigor, e ser previamente submetidos a parecer e aprovação das entidades competentes para o efeito.

Art.º 42º - [...]

- 1- A zona T1, actual área central da cidade, está sujeita às seguintes regras:
 - a)
 - b)
 - c) O número de pisos dos edifícios não pode ultrapassar o constante do anexo II do Regulamento, salvo nas situações previstas na alínea b) do artigo 73.º.
- 2- A zona T2, área edificada da Avenida Mousinho de Albuquerque e da Avenida dos Banhos, está, na construção e alteração de edifícios, sujeita às seguintes regras:
 - a)
 - b) O número de pisos dos edifícios não pode ultrapassar o constante do anexo II do Regulamento, salvo nas situações previstas na alínea b) do artigo 73.º.
- 3-

- 4-
- 5-
- 6-
- 7-
- 8-
- 9-
- 10-
- 11-
- 12-
- 13-
- 14-
- 15- *(Revogado.)*
- 16-
- 17-
- 18-
- 19- A zona T19, área edificada ao longo da Rua 31 de Janeiro, está, na construção e alteração dos edifícios, sujeita às seguintes regras:
 - a)
 - b) O número de pisos dos edifícios não pode ultrapassar o constante do anexo II do Regulamento, salvo nas situações previstas na alínea b) do artigo 73.º.
 - c)
 - d) Excecionalmente, admite-se a ocupação do piso do rés-do-chão para reforço da capacidade de estacionamento automóvel.
- 20-
- 21-
- 22-
- 23- *(Revogado.)*
- 24-
- 25-

- 26-
- 27-
- 28-
- 29-
- 30-
- 31-

Art.º 51º - [...]

As zonas HE0 estão sujeitas às seguintes regras:

- a)
- b) Moradias isoladas, em lotes divididos entre si por muros de vedação organizados em quarteirões de dimensão variável, tendo como referência 200 m x 70 m;
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h) Índice bruto de construção: $\leq 0,5$;
- i)
- j)
- l)

Art.º 52º - [...]

As zonas HE1 estão sujeitas às seguintes regras:

- a)
- b) Moradias implantadas em lotes divididos entre si por muros de vedação e organizados em quarteirões com dimensão variável, tendo como referência 150 m x 50 m;
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)

- h)
- i) Índice bruto de construção: $\leq 0,6$;
- j)
- l)
- m)
- n) Muros confrontantes com o espaço público, de alvenaria, com altura entre 0,8 m e 1,2 m, podendo ser encimados por gradeamento ou outro elemento discreto, totalizando a altura de 1,80m.

Art.º 53º - [...]

As zonas HE2 estão sujeitas às seguintes regras:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g) Índice bruto de construção: $\leq 1,0$;
- h)
- i)
- j)
- l)

Art.º 54º - [...]

As zonas HE3 estão sujeitas às seguintes regras:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g) Índice bruto de construção: $\leq 1,2$;
- h)
- i)
- j)
- l)

Art.º 55º - [...]

As zonas HE4 estão sujeitas às seguintes regras:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h) Índice bruto de construção: $\leq 1,2$.

Art.º 57º - [...]

As zonas HE6 estão sujeitas às seguintes regras:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g) Índice bruto de construção: $\leq 1,2$;
- h)

Art.º 60º - [...]

- 1-
- 2- Nas ruas referidas no anexo II do Regulamento não são aplicados os índices previstos no número anterior; o número de pisos dos edifícios não pode ultrapassar o constante do referido anexo, salvo nas situações previstas na alínea b) do artigo 73.º.
- 3-

Art.º 61º - [...]

- 1-
- 2- Nas ruas referidas no anexo II do Regulamento não são aplicados os índices previstos no número anterior; o número de pisos dos edifícios não pode ultrapassar o constante do referido anexo, salvo nas situações previstas na alínea b) do artigo 73.º
- 3-

Art.º 64º - [...]

- 1-
- 2-
- 3-
- a) Índice bruto de construção: $\leq 1,0$;
- b)
- c)
- 4-

Art.º 76º - [...]

- 1-
- a) *(Revogada.)*
- b) *(Revogada.)*
- 2- Excecionalmente, pode ser adotada a profundidade superior dos edifícios preexistentes a que encosta, numa distância de 3 m.
- 3- O disposto nos números 1 e 2 não prejudica a possibilidade de ampliação do piso térreo até ao limite da área de implantação admitida.

Art.º 79º - [...]

- 1-
- 2- A alteração da cota do logradouro não pode conduzir a um desnível superior a 4m, medido entre a cota superior do muro de vedação e a cota final do logradouro decorrente da alteração.
- 3-

Art.º 80.º - [...]

- 1- É fixado para a UOPG n.º 1 (Agro-Velho), definida na planta de orientação executória, o seguinte índice médio de utilização:
- a) UOPG n.º 1 (Agro-Velho): 0,7 m² de ABC por cada m² de terreno;
- b) *(Revogado.)*
- 2- *(Revogado.)*

Art.º 88º - [...]

- 1- Esta intervenção estratégica e prioritária, delimitada na planta de orientação executória, obedece ao seguinte programa:
- a)
- b)
- c)
- 2-
- a) *(Revogada.)*
- b) *(Revogada.)*
- c)

Art.º 91º - [...]

- 1-
- a)
- b)
- c)
- d)
- 2-
- a)
- b)
- c)
- d) Qualquer intervenção em zonas confinantes ou vizinhas do Domínio Público Ferroviário está condicionada ao cumprimento da legislação aplicável em vigor e ao parecer favorável da entidade competente.

Art.º 100º - [...]

1-

- a) Áreas a abranger por planos de pormenor ou UOPG referida no artigo 80.º;
- b)
- c)
- d) *(Revogada.)*

2-

3-

Art.º 101º - [...]

1- Nas áreas a abranger por planos de pormenor ou na UOPG referida no artigo 80.º o mecanismo perequativo reconduz-se às seguintes regras:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)

2- *(Anterior n.º 5.)*

3-

- a) *(Revogada.)*
- b) *(Revogada.)*
- c) *(Revogada.)*
- d) *(Revogada.)*
- e) *(Revogada.)*
- f) *(Revogada.)*
- g) *(Revogada.)*

4- *(Revogado.)*

5- *(Passa para n.º 2)*

Art.º 104º - [...]

1-

- 2- Para as áreas em que, para um desenvolvimento ordenado, se mostre conveniente a associação de proprietários, devem ser delimitadas unidades de execução a sujeitar ao sistema de iniciativa dos interessados, sendo recusada qualquer proposta de ocupação urbanística isolada.

ANEXO

Republicação do Regulamento do Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim, 2.ª Alteração

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.º 1º - Objecto

O Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim (PUPV) estabelece o regime de uso do solo na área por ele abrangida, delimitada na Planta de zonamento, e define a organização espacial da cidade da Póvoa de Varzim, coincidente com o perímetro urbano delimitado na planta de zonamento.

Art.º 2º - Composição do Plano

- 1- O PUPV é constituído por:
 - a) Regulamento – contendo, em anexo, a listagem do património (anexo I) e a listagem dos arruamentos com número de pisos definidos (anexo II);
 - b) Planta de zonamento, à escala 1:5000 – contendo, em anexo e à mesma escala, a planta de orientação executória e a planta do património;
 - c) Planta de condicionantes, à escala 1:5000.
- 2- O PUPV é acompanhado por:
 - a) Cadernos de caracterização – abordagem biofísica, evolução urbana, património construído, circulação, redes de águas e esgotos, população, equipamentos, alojamento, actividades sócio-económicas;
 - b) Relatório – fundamentando as soluções adoptadas e contendo as disposições indicativas das intervenções municipais, bem como os respectivos custos financeiros;
 - c) Estudos urbanísticos de carácter não vinculativo.

Art.º 3º - Vinculação e utilização

- 1- As disposições do PUPV são de cumprimento obrigatório nas acções públicas e privadas.
- 2- O PUPV, na área por ele abrangida:
 - a) Orienta a elaboração de planos de pormenor, outros estudos urbanísticos e demais regulamentação municipal;

- b) Tem aplicação directa, eventualmente complementada pelos elementos referidos na alínea anterior, no desenvolvimento de «unidades de execução» e em sede dos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas.
- 3- As condicionantes à edificabilidade são, além das estabelecidas no presente Plano, as previstas na legislação geral e especial em vigor e no Plano de Ordenamento da Orla Costeira.
- 4- As representações gráficas constantes das plantas de zonamento e condicionantes, estabelecidas à escala 1/5000, são, em casos de dúvida, sujeitas à interpretação técnica da Câmara Municipal.

Art.º 4º - Definições

1- Siglas:

- a) CMPV – Câmara Municipal da Póvoa de Varzim;
- b) PDM – Plano Director Municipal da Póvoa de Varzim;
- c) PUPV – Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim (o presente Plano);
- d) ABC – área bruta de construção;
- e) UOPG – unidade operativa de planeamento e gestão.

2- Referências fundiárias:

- a) «Solo rural» o localizado nessa classe de espaço no PUPV;
- b) «Solo urbano» o localizado nessa classe de espaço no PUPV;
- c) «Categorias de solo urbano» as consideradas e delimitadas pelo PUPV;
- d) «Propriedade» a totalidade de uma unidade fundiária juridicamente constituída;
- e) «Lote urbano ou lote» – propriedade destinada à edificação e constituída através de uma operação de loteamento; propriedade localizada em zona habitacional, terciária ou de actividades que se conforme com as soluções morfotipológicas previstas para a zona pelo PUPV e confronto com espaço público suficiente, não se justificando o respectivo loteamento;
- f) «Logradouro» área do lote não coberta por edificação; a sua área é igual à do lote, deduzida a área de implantação da edificação nele existente.

3- Áreas da construção:

- a) «ABC» a soma das superfícies brutas de todos os pisos, acima e abaixo do solo, incluindo escadas, caixas de elevadores, alpendres e varandas e excluindo os espaços livres de uso público cobertos pelas edificações, zonas de sótão sem pé-direito regulamentar, terraços não acessíveis e estacionamento e serviços técnicos instalados nas caves dos edifícios;
- b) «Área de implantação» a soma das áreas resultantes da projecção no plano horizontal de todos os edifícios, incluindo anexos, delimitados pelo perímetro dos pisos mais salientes,

com excepção de caves, incluindo escadas e alpendres e excluindo varandas e platibandas.

4- Índices urbanísticos:

- a) «Índice bruto de construção» o quociente entre a ABC e a área do Plano a que esta se reporta;
- b) «Índice bruto de implantação» o quociente entre a área de implantação e a área do plano a que esta se reporta;
- c) «Índice líquido de construção» o quociente entre a ABC e a área do lote a que se reporta;
- d) «Índice líquido de implantação» o quociente entre a área de implantação e a área do lote a que se reporta;
- e) «Índice de impermeabilização» o quociente entre a área impermeabilizada (por edifícios ou pavimentos) e a área a que se reporta.

5- Funções:

- a) «Funções terciárias» os serviços, os escritórios, a Administração Pública, o comércio retalhista, a hotelaria e os estabelecimentos de restauração e de bebidas.

6- Uso das edificações:

- a) «Utilização ou uso» as funções ou actividades específicas e autónomas que se desenvolvem num edifício;
- b) «Unidade funcional» a cada um dos espaços autónomos de um edifício associados a uma determinada utilização;
- c) «Anexo» o edifício, ou parte dele, com função complementar e entrada autónoma pelo logradouro ou espaço público; não possui título de propriedade autónomo nem constitui unidade funcional.

7- Referências edificatórias:

- a) «Alinhamento» a linha que define a implantação das construções;
- b) «Cota da soleira» a distância, medida na vertical, entre a cota do pavimento do piso térreo do edifício e a cota do espaço público fronteiro à entrada do edifício;
- c) «Fachada» o conjunto formado por todos os elementos que integram a construção e são visíveis em alçado;
- d) «Cércea» a distância vertical compreendida entre a cota de intersecção do plano superior da cobertura com as fachadas e a cota do pavimento (do espaço público confinante ao lote, ou do logradouro, conforme as correspondentes fachadas);
- e) «Número de pisos» o número de pavimentos sobrepostos, com excepção de desvãos de cobertura e caves;
- f) «Profundidade» a distância, medida na perpendicular, entre o plano dominante da fachada confrontante com o espaço público e o da que lhe é oposta;
- g) «Cave» o espaço enterrado ou semi-enterrado coberto por laje, em que:

As diferenças entre a cota do plano inferior dessa laje e as cotas do espaço público mais próximo sejam, relativamente às fachadas confrontantes com o espaço público, \leq a 60 cm em média e \leq a 120 cm em todos os pontos;

As áreas das fachadas da cave confinantes com o espaço privado não estejam mais de um terço desenterradas;

h) «Sótão» o espaço entre a última laje e a cobertura.

8- Os tipos de obra são os considerados e definidos no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção actual:

a) *(Revogada.)*

b) *(Revogada.)*

c) *(Revogada.)*

d) *(Revogada.)*

e) *(Revogada.)*

f) *(Revogada.)*

g) *(Revogada.)*

h) *(Revogada.)*

i) *(Revogada.)*

TÍTULO II – DO PATRIMÓNIO E DAS CONDICIONANTES AO USO DO SOLO

CAP. 1 - Do património

Art.º 5º - Âmbito e objectivos

1- Integram o património os conjuntos, bandas edificadas, edifícios, espaços livres ou elementos pontuais, incluindo os bens culturais classificados ou em vias de classificação, cujas características morfológicas, ambientais, arquitectónicas ou arqueológicas se pretendem preservar e que como tal sejam identificadas.

2- Ficam sujeitos às disposições do presente Regulamento os bens patrimoniais que, não constando do inventário do património anexo a este Regulamento, para o efeito venham a ser ulterior e expressamente reconhecidos pelo município.

Art.º 6º - Identificação

O inventário do património anexo a este Regulamento contém o levantamento e a descrição sumária dos conjuntos, bandas edificadas, edifícios, espaços livres ou elementos pontuais já seleccionados como património, identificando-os da seguinte forma:

a) Conjuntos com interesse patrimonial – C;

- b) Bandas edificadas com interesse patrimonial – B, subdividida em B1 e B2, consoante o nível de preservação pretendido;
- c) Edificações com interesse patrimonial:
 - Global – E, subdividida, em E1 e E2;
 - Fachadas – F;
- d) Espaços livres com interesse patrimonial – L;
- e) Elementos pontuais com interesse patrimonial – P;
- f) Áreas de protecção arqueológica – A.

Art.º 7º - Regras gerais

- 1- O património deve ser salvaguardado e valorizado em todas as intervenções.
- 2- Entende-se por salvaguarda e valorização do património:
 - a) A preservação do carácter e dos elementos determinantes que constituem a sua imagem, sem prejuízo da sua adaptação, quando possível, à vida contemporânea;
 - b) O condicionamento da transformação do seu espaço envolvente.
- 3- É obrigatória a participação imediata à administração do património cultural competente ou à autoridade policial dos testemunhos arqueológicos encontrados em domínio público ou particular, incluindo o meio submerso.
- 4- As regras estabelecidas nos artigos seguintes para cada tipo de bem patrimonial identificado são sobreponíveis, prevalecendo as mais restritivas.

Art.º 8º - Conjuntos com interesse patrimonial

- 1- As áreas identificadas como C constituem unidades e registos urbanos característicos de determinada época e lugar do concelho.
- 2- Todas as intervenções nestes locais devem preservar a configuração do espaço público, o parcelamento, os alinhamentos e a cêrcea da edificação existente.

Art.º 9º - Bandas edificadas com interesse patrimonial

- 1- Nas bandas identificadas como B1 são apenas permitidas obras de conservação, restauro e reabilitação, com preservação integral das fachadas principais.
- 2- Nas bandas identificadas como B2 são permitidas obras de conservação, restauro, reabilitação e ampliação, sendo que, no caso de obras que envolvam alterações exteriores em qualquer das edificações, o respectivo projecto tem de abranger toda a banda edificada em que se insere.

Art.º 10º - Edificações com interesse patrimonial

- 1- As edificações identificadas como E1 estão sujeitas aos seguintes condicionalismos:

- a) São permitidas obras de conservação, restauro e reabilitação, com preservação integral da fachada, estrutura e configuração geral;
 - b) Devem utilizar-se, sempre que possível, materiais e técnicas de construção originais;
 - c) Não é permitida a afixação de elementos exteriores de carácter publicitário ou afins.
- 2- As edificações identificadas como E2 estão sujeitas aos seguintes condicionalismos:
- a) São permitidas obras de conservação, restauro, reabilitação e ampliação, que podem estender-se, de forma controlada, à fachada;
 - b) Admite-se a aplicação de técnicas ou materiais diferentes dos originais desde que exteriormente não afecte a composição, cor e textura do edificado;
 - c) A afixação de elementos exteriores de carácter publicitário ou afins depende da sua inclusão no projecto aprovado pela Câmara Municipal.
- 3- As fachadas identificadas como F estão sujeitas aos seguintes condicionalismos:
- a) Devem ser preservadas;
 - b) Apenas podem ser objecto de obras de conservação;
 - c) Devem utilizar-se, sempre que possível, materiais e técnicas de construção originais;
 - d) Não é permitida a afixação de elementos exteriores de carácter publicitário ou afins.

Art.º 11º - Disposições comuns às bandas e edificações com interesse patrimonial

- 1- As bandas e edificações com interesse patrimonial (B, E ou F) que ameacem ruína e que recomendem demolição, devem ser reconstruídas, procedendo-se:
- a) Ao levantamento desenhado rigoroso do edifício existente, acompanhado de documentação fotográfica completa;
 - b) À elaboração do projecto de reconstrução no respeito pelas características exteriores da edificação a demolir.
- 2- As regras estabelecidas nos artigos 9.º e 10.º podem não ser aplicadas quando:
- a) Tal se mostre indispensável para dotar o edifício do mínimo de condições de habitabilidade, independentemente da utilização que nele se verificar a cada momento, e a solução projectada não contrarie, simultaneamente, os objectivos gerais de defesa do património e as razões específicas que determinaram a sua identificação;
 - b) Se detectem novos elementos arquitectónicos e ou arqueológicos que valorizem o imóvel;
 - c) Se pretenda, em estabelecimentos comerciais de ruas comerciais, prolongar vãos existentes até à cota do espaço público.
- 3- Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se situações de:
- a) Alteração do edifício, quando tal se mostre indispensável para o dotar de iluminação e ventilação naturais;
 - b) Ampliação do edifício, quando tal se mostre indispensável para o dotar de uma dimensão mínima de habitabilidade.

Art.º 12º - Espaços livres com interesse patrimonial

- 1- Nos espaços livres identificados como L devem ser preservadas as características urbanísticas e paisagísticas respeitantes à época ou épocas da sua construção.
- 2- As obras nas edificações confinantes devem preservar a relação destas com o espaço público onde se inserem.

Art.º 13º - Elementos pontuais com interesse patrimonial

- 1- Os elementos identificados como P devem ser conservados e valorizados.
- 2- Não é permitida a demolição ou deformação de lanternis, platibandas, gradeamento decorado de varandas ou janelas, mirantes, elementos escultóricos ou quaisquer outros de interesse reconhecido pelo município.

Art.º 14º - Áreas de protecção arqueológica

Nas áreas identificadas como A deve assegurar-se um acompanhamento histórico/arqueológico sempre que haja intervenções no subsolo.

CAP. 2 - Das servidões administrativas e restrições de utilidade pública

Art.º 15º - Regime

1 - Regem-se pela legislação aplicável as servidões administrativas e restrições de utilidade pública ao uso do solo seguidamente identificadas e que constam da planta de condicionantes:

- a) Domínio hídrico;
- b) Margens e zonas inundáveis;
- c) Reserva Ecológica Nacional;
- d) Imóveis classificados;
- e) *(Revogada.)*
- f) Saneamento básico;
- g) Linhas eléctricas;
- h) Rede Rodoviária Nacional, Estradas Regionais e Estradas Nacionais Desclassificadas pelo PRN;
- i) Estradas municipais;
- j) Domínio Público Ferroviário;
- l) Aeroporto;
- m) *(Revogada.)*
- n) Defesa nacional;
- o) Área de jurisdição portuária;
- p) Zona vulnerável n.º 1.

2 – As zonas de servidão rodoviária e ferroviária regem-se pelos respectivos regimes legais em vigor, sendo a delimitação gráfica na planta de condicionantes apenas indicativa.

Art.º 16º - Descrição

As servidões administrativas e restrições de utilidade pública referidas no artigo anterior são descritas de forma resumida em documento específico, que acompanha o PUPV.

CAP. 3 - Das outras condicionantes

Art.º 17º - Identificação

São estabelecidas, para além das previstas no capítulo anterior, condicionantes relativas a:

- a) Faixa contígua ao IC1;
- b) Arruamentos integrantes da estrutura viária;
- c) Ferrovia;
- d) Aqueduto de Vila do Conde (Santa Clara);
- e) Redes de água e esgotos;
- f) Linhas eléctricas;
- g) Alterações topográficas e abate de árvores;
- h) Depósito de lixos e entulhos.

Art.º 18º - Faixa contígua ao IC1

A faixa contígua ao IC1 fica sujeita aos seguintes condicionalismos:

- a) *(Revogada.)*
- b) Deve ser elaborado, pela tutela, um plano de monitorização e redução de ruído.

Art.º 19º - Arruamentos integrantes da estrutura viária

Os arruamentos integrantes da estrutura viária ficam sujeitos aos seguintes condicionalismos:

- a) Devem ser respeitadas as regras de dimensionamento e utilização fixadas no art.º 30.º;
- b) Não é permitida a construção numa faixa de 40 m para um e outro lado do eixo das vias propostas (não existentes), enquanto estas não dispuserem de estudo prévio aprovado pela Câmara Municipal.

Art.º 20º - Ferrovia

- 1- *(Revogada.)*
- 2- No caminho-de-ferro a desactivar, eventuais novos atravessamentos devem acautelar a possibilidade de futuro desnivelamento.

Art.º 21º - Aqueduto de Vila do Conde (Santa Clara)

Relativamente à linha do Aqueduto (existente ou demolido):

- a) Os muros devem afastar-se pelo menos 5 m;
- b) As construções devem afastar-se pelo menos 15 m, salvo em situações pontuais previstas em estudo de pormenor.

Art.º 22º - Redes de água e esgotos

Não é permitida a construção nem a plantação de árvores numa faixa de 3 m medida para um e outro lado dos traçados das condutas de água e dos colectores de esgotos assinalados na planta de condicionantes ou dos que, entretanto, venham a ser construídos.

Art.º 23º - Linhas eléctricas

É proibida a construção num corredor de 25 m de largura previsto para realocização de linhas de alta tensão (ao longo do IC1 e atravessando a zona agrícola-florestal de Argivai) e delimitado na planta de condicionantes.

Art.º 24º - Alterações topográficas e abate de árvores

Só são admitidas alterações topográficas e abate de árvores nas seguintes condições:

- a) Conforme licenciamento de loteamento ou construção;
- b) Como acto corrente de exploração agrícola ou florestal, quando daí não decorram inconvenientes urbanísticos ou paisagísticos e seja cumprida a legislação em vigor.

Art.º 25º - Depósito de lixos e entulhos

São interditos depósitos de lixos ou entulhos em toda a área abrangida pelo PUPV.

TÍTULO III – DO USO DO SOLO

Art.º 26º - Solo urbano e solo rural

O PUPV abrange duas classes de espaços:

- a) Solo urbano – cidade da Póvoa de Varzim (também designada cidade), cujo limite (perímetro urbano) se encontra assinalado na planta de zonamento;
- b) Solo rural – dois espaços agrícola-florestais, situados um a sul e outro a norte da cidade.

Art.º 27º - Elementos estruturantes da cidade

Consideram-se elementos estruturantes da cidade:

- a) A presente área central (identificada como T1, T2 e T3), por aí se concentrarem as referências patrimoniais e as funções terciárias;
- b) A estrutura viária, que procura responder não só às necessidades de circulação, mas também à estruturação e organização de todo o tecido urbano;
- c) A estrutura ecológica, que, referenciando-se a parques de dimensão significativa, procura o estabelecimento de corredores verdes articulados com a estrutura viária, assumidos como locais de encontro e de estruturação do tecido urbano;
- d) Os grandes espaços escolares e desportivos (identificados como E1 e E3; E12, E13 e E14; E18; E21 e E22; E25 e E26; E43 e E45), que se distribuem pela cidade de forma a garantir a acessibilidade pedonal;
- e) Os centros locais para cada uma das partes da cidade, agrupando funções terciárias e equipamentos de apoio à função habitacional e procurando localização articulada com as estruturas viária e ou ecológica, que se identificam como:
 - ea) Aver-o-Mar – T5, T6, E5 e T7; T8 e E6;
 - eb) Agro-Velho – terciário a confrontar com zona verde, articulado com E11;
 - ec) Parque da cidade – T9, E12 e E13;
 - ed) Bairro Norte – T12;
 - ee) Barreiros / Moninhas – E23, T13 e E24;
 - ef) Giesteira – T18, E36 e T15;
 - eg) Matriz / Mariadeira – T20 e E44;
 - eh) Bairro Sul – T19 e E37;
 - ei) Gândara – T25, T21 e E43;
 - ej) Argivai – percurso do Aqueduto (T26, T27 e T28/E48); T29 e T30.

Art.º 28º - Categorias de solo

- 1- Para a organização da cidade e efeitos regulamentares, o solo é dividido nas seguintes categorias:
 - a) Estrutura viária;
 - b) Estrutura ecológica;
 - c) Zonas de equipamentos;
 - d) Zonas terciárias;
 - e) Zonas de actividades;
 - f) Zonas habitacionais.
- 2- Cada categoria de espaço tem como uso dominante o que o respectivo nome sugere, sem prejuízo de uma mistura equilibrada de funções, não apenas admitida, mas desejável.
- 3- Considerada a pretendida mistura funcional em toda a área da cidade, esta é, no que respeita ao ruído, assumida na globalidade como uma «zona mista», sendo apenas exceptuados os equipamentos escolares e o hospital (E50), que são considerados «zonas

sensíveis», nas quais devem ser adoptadas as medidas necessárias ao cumprimento da legislação em vigor.

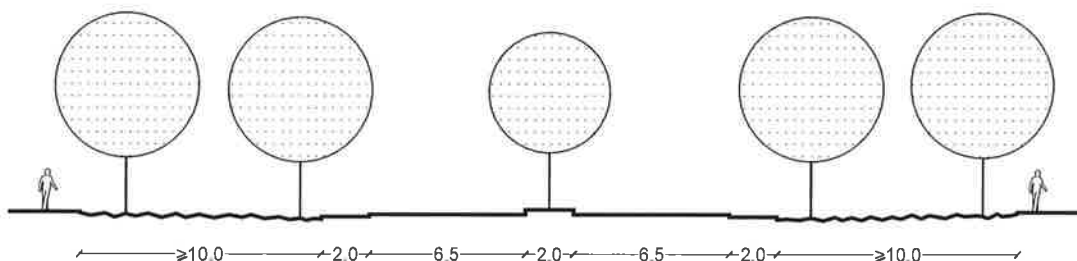
CAP. 1 - Da estrutura viária

Art.º 29º - Âmbito e objectivos

- 1- O traçado da rede viária, assinalado na planta de zonamento, corresponde a vias já existentes ou a espaços-canais para as novas vias a construir.
- 2- Estas vias visam não só a necessária circulação automóvel, mas também a estruturação da cidade, pelo que a sua implementação deve articular o projecto viário com o desenho urbano e ou paisagístico das faixas marginais.

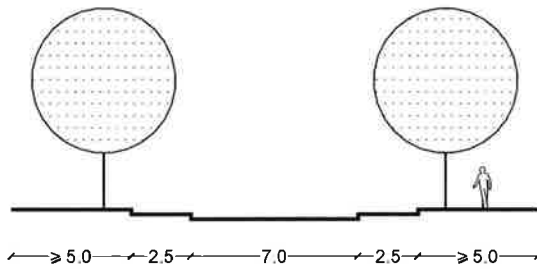
Art.º 30º - Identificação e características

- 1- A estrutura viária, assinalada na planta de zonamento, abrange:
 - a) Rede colectora (inclui ER206);
 - b) Rede distribuidora principal (inclui EN206 e EN13);
 - c) Rede distribuidora secundária (inclui EN205);
 - d) Rede pedonal;
 - e) Outras vias.
- 2- São as seguintes as características da rede colectora [excepto no troço da Avenida 25 de Abril compreendido entre a Avenida do Mar e a EN 13 (norte)]:
 - a) Perfil desejável, que pode ser faseado (cotas em metros):



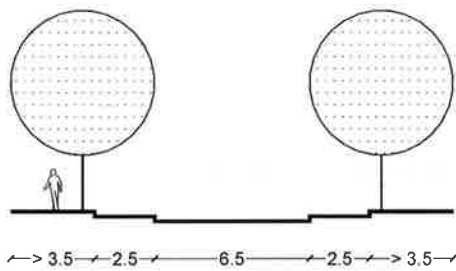
- b) Nós de nível;
 - c) Cruzamentos, se possível só com vias colectoras ou distribuidoras principais, ordenados por semáforos e/ou rotundas;
 - d) Entroncamentos com outras vias, se possível apenas com entradas e saídas de mão;
 - e) Acesso marginal directo de prédios interdito;
 - f) Estacionamento lateral interdito;
 - g) Paragem de transportes colectivos sempre fora da faixa de rodagem.
- 3- São as seguintes as características da rede distribuidora principal e do troço da Avenida 25 de Abril compreendido entre a Avenida do Mar e a EN 13 (norte):

a) Perfil desejável (cotas em metros):



- b) Acessos marginais reduzidos ao indispensável;
- c) Estacionamento apenas longitudinalmente à via;
- d) Quando a via for contígua a zona verde, deverá ser ponderada a eliminação do estacionamento e a diminuição da largura do passeio (relativamente ao perfil desejável);
- e) Paragem de transportes colectivos fora da faixa de rodagem.

4- A rede distribuidora secundária tem o seguinte perfil desejável (cotas em metros):



- 5- São as seguintes as características da rede pedonal:
 - a) Destina-se, fundamentalmente, a uso pedonal, podendo o acesso automóvel ser reduzido a cargas e descargas e a estacionamentos privados;
 - b) A admitir-se circulação automóvel, esta deve ser condicionada a velocidades reduzidas, com faixas de rodagem máximas de 2,5 m e, eventualmente, organizadas à mesma cota do restante pavimento.
- 6- As outras vias propostas devem respeitar o perfil regulamentado para a zona onde se inserem e, quando constituam limite entre duas zonas de diferente regulamentação, cumprir o perfil de maior largura no que respeita à faixa de rodagem e estacionamento.
- 7- As características e parâmetros de dimensionamento dos troços de via sob jurisdição da IP e IMT deverão cumprir com as disposições legais e normativas aplicáveis em vigor.

Art.º 31º - Desenvolvimento dos projectos

- 1- Devem ser elaborados estudos prévios das vias ainda não existentes e previstas no Plano.
- 2- Os traçados devem cumprir as orientações do PUPV, podendo sofrer pequenos ajustes decorrentes das opções de desenho urbano a que devem estar associados.

- 3- Os postos de abastecimento de combustíveis para consumo público e as áreas de serviço a edificar sujeitam-se às seguintes regras:
- a) Só são admitidos nas vias colectoras e nas vias distribuidoras principais;
 - b) A sua localização resulta do estudo integrado de cada via;
 - c) Nas vias a edificar, as parcelas para a sua implantação integram necessariamente a zona da estrada e, conseqüentemente, o domínio público municipal;
 - d) Nas vias existentes, a sua implantação pode ocorrer em terreno privado, sendo devido o pagamento de taxa a fixar em regulamento municipal, cujo valor deve ser proporcional à vantagem concedida;
 - e) A proposta de novos postos de abastecimento de combustíveis a instalar em estradas nacionais, deverá cumprir com o disposto nas disposições legais e normativas aplicáveis em vigor.
- 4- Uma vez aprovados pelo município, os traçados das vias devem ser respeitados como parte integrante do Plano.

CAP. 2 - Da estrutura ecológica

Art.º 32º - Âmbito e objectivos

A estrutura ecológica abrange elementos de valor ambiental presentes no território e outros a criar, visando:

- a) A criação de uma estrutura ecológica necessária à qualidade ambiental da cidade;
- b) A criação de espaços de recreio e lazer;
- c) A estruturação da cidade, constituindo percursos e alargamentos do espaço público associados ao estabelecimento de uma malha urbana.

Art.º 33º - Identificação

A estrutura ecológica, assinalada na planta de zonamento, abrange:

- a) A totalidade do solo rural integrante do PUPV, incluindo:
 - Uma área agrícola, a norte;
 - Uma área agro-turística, a sul;
- b) Zonas verdes urbanas, incluindo:
 - Parque da cidade, a norte da Avenida do Mar;
 - Verde urbano de Argivai, a norte do acesso sul ao IC1;
 - Percursos verdes pedonais;
 - Aqueduto de Vila do Conde (Santa Clara), faixa verde de enquadramento;
 - Alargamentos do espaço público e praças verdes;
 - Verde de protecção ao IC1.

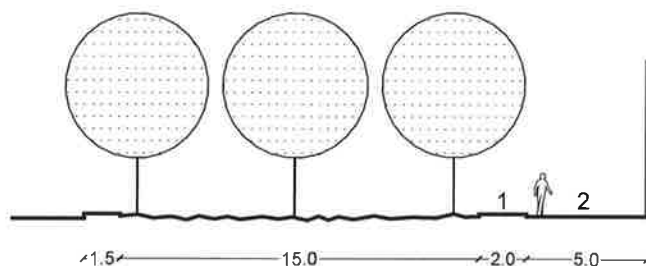
Art.º 34º - Regras aplicáveis ao solo rural:

- 1- O solo rural destina-se, essencialmente, a uso agrícola e ou florestal, contribuindo para a valorização ambiental da cidade.
- 2- Na área agrícola, a norte, só é admitida a recuperação de edifícios já existentes e legalmente constituídos.
- 3- Na área agro-turística, a sul, é admitida:
 - a) Em propriedades com área $\geq 0,5$ ha, a construção de instalações de apoio à actividade agrícola e ou de uma habitação, em qualquer caso com um piso e com índice bruto de construção $\leq 0,06$;
 - b) Em propriedades com área ≥ 2 ha, a construção concentrada, com um ou dois pisos e com índice bruto de construção $\leq 0,1$, de empreendimentos predominantemente culturais, sociais ou turísticos, com excepção dos parques de campismo.
- 4- Em solo rural não são permitidas:
 - a) Operações de destaque ou de loteamento urbano;
 - b) A destruição do solo vivo e do coberto vegetal, com excepção das normais operações culturais;
 - c) A exposição de produtos que não resultem da actividade agrícola.

Art.º 35º - Regras aplicáveis às zonas verdes urbanas

- 1- O parque da cidade (V1) está sujeito às seguintes regras:
 - a) A zona verde pública de utilização informal deve ser muito arborizada e valorizar a presença da água na antiga pedreira (lago);
 - b) Deve ser potenciado como local de recepção de visitantes na época estival, convidando-os a estacionar o automóvel (espaço E17) e a deslocarem-se para a praia (se for esse o seu objectivo) a pé, de bicicleta, ou em transporte público (a criar); para o efeito, deve ser aí implementado posto de atendimento, aluguer de bicicletas e terminal de transportes públicos;
 - c) Deve dispor de equipamentos e infra-estruturas de apoio ao lazer, nomeadamente entre o estacionamento e o lago, onde deve existir uma zona de restauração;
 - d) O índice de impermeabilização não pode ultrapassar 0,05;
 - e) O projecto do parque deve articular-se com o da via colectora, com o da «cidade desportiva» (E14), através de modelação do terreno que atenua o impacto da via e assegure passagens pedonais de nível, bem como com o projecto do E17.
- 2- O verde urbano/rural de Argivai (V2) é uma zona verde urbana na qual deve ser articulada uma utilização de recreio e lazer com uma imagem rural, podendo ser dotada de pequenos equipamentos.

- 3- Os percursos verdes urbanos, que são todos os corredores verdes presentes na planta de zonamento, estão sujeitos às seguintes regras:
- Devem ser muito arborizados e integrar percurso pedonal e percurso de bicicleta;
 - Quando constituam faixa com largura de 18 m a 25 m, localizada ao longo de arruamento, o seu perfil transversal deve ser similar ao do desenho (cotas em metros):



- Pista de bicicletas
 - Uso pedonal, quando os lotes contenham funções terciárias no rés-do-chão (neste caso, a fachada deve, obrigatoriamente, confrontar com o espaço público).
Uso pedonal e acesso automóvel dos residentes, quando os lotes contenham apenas funções habitacionais.
- 4- A faixa verde de enquadramento ao Aqueduto de Vila do Conde (Santa Clara) é uma área a recuperar e valorizar, libertando-a de construção e criando, sempre que possível, para ambos os lados, faixas verdes contíguas de 5 m ao eixo.
- 5- Os alargamentos do espaço público e praças verdes, que integram todas as áreas verdes assinaladas na planta de zonamento e não incluídas nos outros números deste artigo, podendo estar associadas a percursos verdes urbanos, estão sujeitos às seguintes regras:
- Destinam-se ao estar e ao lazer da população e devem integrar o domínio público municipal;
 - Quando confrontados com edificações, devem articular-se com as funções nelas instaladas, ser arborizados e dispor de mobiliário urbano, podendo ter pavimentos duros;
 - Quando não se articulem directamente com o edificado, a sua cobertura deve ser predominantemente vegetal, o solo não pode ser impermeabilizado em mais de 15% e devem dispor de equipamentos e mobiliário de apoio.
- 6- O verde de protecção ao IC1, correspondente à zona non aedificandi definida pela servidão administrativa do IC1, está sujeito às seguintes regras:
- Pode ser público ou privado, neste caso integrado em lotes urbanos;
 - Não é permitida qualquer construção nem armazenamento ao ar livre;
 - Os projetos e intervenções enquadráveis nesta zona (revestimento arbóreo, instalação de estruturas de protecção sonora e outras) devem cumprir a legislação em vigor, e ser previamente submetidos a parecer e aprovação das entidades competentes para o efeito.

Art.º 36º - Âmbito e objectivos

As zonas de equipamentos são áreas destinadas à instalação de equipamentos de interesse e utilização colectiva, nomeadamente educação, desporto, cultura, terceira idade, saúde, apoio à família, religião, protecção civil e segurança.

Art.º 37º - Identificação

- 1- São zonas de equipamentos as definidas como tal na planta de zonamento e identificadas por caracteres alfanuméricos iniciados pela letra E.
- 2- Estas zonas incluem os equipamentos existentes, a manter, e áreas destinadas à instalação de novos equipamentos ou à ampliação dos existentes.

Art.º 38º - Regras gerais

- 1- A construção de novos equipamentos subordina-se às seguintes regras:
 - a) Deve ser precedida de estudo urbanístico, expressamente aprovado pelo município, que evidencie as articulações formais e funcionais dos equipamentos a instalar com a área envolvente;
 - b) Deve garantir a existência de estacionamento com capacidade adequada aos usos previstos;
 - c) Deve, sempre que possível, incluir espaço verde com área não inferior a 20% do terreno;
 - d) A cêrcea máxima dos edifícios não deve exceder os 9,5 m, exceptuando situações tecnicamente justificadas;
 - e) em cada uma destas zonas pode ocorrer a instalação de outros usos, desde que complementares do equipamento e não ocupem mais de 10% da área delimitada na planta de zonamento.
- 2- A transformação e ampliação dos equipamentos existentes deve, sempre que possível, cumprir o disposto no número anterior.

Art.º 39º - Programas específicos

Para cada uma das zonas de equipamento são definidos, de forma indicativa, podendo verificar-se alterações devidamente justificadas em função do desenvolvimento da cidade, os seguintes programas de utilização:

- a) E1 – área afectada à Escola do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, de Aver-o-Mar;
- b) E2 – área a afectar a reserva de equipamentos; a ser edificada, o índice líquido de construção deve ser $\leq 0,3$;
- c) E3 – área a afectar a pólo desportivo, constituído por um grande campo de jogos (com pista de atletismo) e um polidesportivo descoberto;

- d) E4 – área a afectar a equipamentos de apoio à função habitacional (jardim de infância, centro de dia, creche, centro comunitário e extensão do centro de saúde);
- e) E5 – área afecta à Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, n.º 1 de Aver-o-Mar;
- f) E6 – área a afectar a equipamentos de apoio à função habitacional (jardim de infância, centro de dia, centro comunitário e creche);
- g) E7 – área afecta à Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, n.º 2 de Aver-o-Mar;
- h) E8 – área afecta ao cemitério de Aver-o-Mar;
- i) E9 – área afecta à Escola do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico, de Agro-Velho;
- j) E10 – equipamento cultural e comercial, a instalar;
- l) E11 – área a afectar a equipamentos de apoio à função habitacional (jardim de infância, centro de dia, centro comunitário, creche e polidesportivo descoberto);
- m) E12 – área a afectar a Escola do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (com 30 salas) e, a norte, a equipamentos de apoio à função habitacional (jardim de infância, centro de dia, creche e centro comunitário);
- n) E13 – área a afectar a Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico (com 12 salas);
- o) E14 – área a afectar a grande complexo desportivo («cidade desportiva»), integrando, para além do estádio desportivo municipal, outros equipamentos desportivos públicos e privados), designadamente as novas instalações do Varzim Sport Clube e Clube Desportivo da Póvoa; pode incluir, junto à via colectora, funções complementares (terciárias ou de alojamento);
- p) E15 – área que deve integrar um parque de estacionamento (a norte) e um espaço de recepção do percurso verde pedonal (a sul);
- q) E16 – área a afectar a equipamento cultural, social e/ou religioso; deve constituir remate e animação da zona verde;
- r) E17 – área a afectar a parque de estacionamento e equipamento de apoio (no remate da zona HC1), podendo incluir posto de recepção e atendimento, aluguer de bicicletas e estabelecimento de restauração e ou de bebidas;
- s) E18 – área afecta às piscinas municipais, academia de ténis, equipamento lúdico e parques de estacionamento;
- t) E19 – área afecta à Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, n.º 3 do Desterro;
- u) E20 – área a afectar a parque de estacionamento;
- v) E21 – área afecta ao pólo, essencialmente escolar, constituído pela Escola Secundária Eça de Queirós, Escola Secundária Rocha Peixoto, Escola do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico Flávio Gonçalves, Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico n.º 1 (nova), Mapadi, dois polidesportivos descobertos, Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, centro de saúde e parque de estacionamento;
- x) E22 – área afecta à estação de camionagem, pavilhão de desportos, auditório municipal e casa da juventude;
- z) E23 – área a afectar a Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico (com 8 salas);

- aa) E24 – área a afectar a equipamentos de apoio à função habitacional (jardim de infância, centro de dia, centro comunitário e creche);
- bb) E25 – área a afectar a Escola do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico (com 30 salas) e a Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico (com 8 salas);
- cc) E26 – área a afectar a grande campo de jogos (sem pista de atletismo) e a equipamento lúdico, que constitui ponto de partida de um percurso lúdico (equestre e ou de bicicletas) a criar ao longo do caminho-de-ferro (actualmente desactivado);
- dd) E27 – área afecta à Santa Casa da Misericórdia, hospital, tribunal, posto da GNR, Igreja de Nossa Senhora das Dores, Colégio Sagrado Coração de Jesus e Centro Social, Paroquial Monsenhor Pires Quesado e parque de estacionamento;
- ee) E28 – área a afectar a recinto de feiras, em parte já existente;
- ff) E29 – interface rodoferroviário, a instalar, ao qual deve ser associado um centro comercial;
- gg) E30 – equipamento cultural ou turístico, a instalar;
- hh) E31 – área a afectar a cemitério;
- ii) E32 – área afecta ao pólo lúdico-turístico constituído pelo casino, Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, anfiteatro ao ar livre, Passeio Alegre e parques de estacionamento; a complementar com possível aproveitamento lúdico da doca norte;
- jj) E33 – área afecta à Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico n.º 2 dos Sininhos e ao quartel dos bombeiros;
- ll) E34 – Mercado existente, a qualificar;
- mm) E35 – área afecta ao cemitério municipal;
- nn) E36 – área afecta à Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico, n.º 7 da Giesteira, a complementar com equipamentos de apoio à função habitacional (centro de dia, centro comunitário, creche e extensão do centro de saúde);
- oo) E37 – área afecta à Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico n.º 4 da Lapa, Igreja da Lapa e Casa dos Pescadores (unidade de saúde, a complementar com equipamentos de apoio à função habitacional);
- pp) E38 – área afecta à Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico n.º 6 do Século;
- qq) E39 – área afecta a polidesportivo descoberto e equipamento recreativo;
- rr) E40 – área afecta à Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico n.º 5 de Nova Sintra e ao polidesportivo descoberto;
- ss) E41 – área a afectar a equipamentos de apoio à função habitacional (jardim de infância, centro de dia, centro comunitário, creche e extensão do centro de saúde);
- tt) E42 – área de reserva para equipamento;
- uu) E43 – área afecta a campo de jogos, que deve ser redimensionado para grande campo de jogos (com pista de atletismo); a complementar com equipamentos de apoio à função habitacional (jardim de infância, centro de dia, centro comunitário, creche e polidesportivo coberto);

- wv) E44 – área a afectar a polidesportivo descoberto e a equipamentos de apoio à função habitacional (jardim de infância, centro de dia, centro comunitário e creche);
- xx) E45 – área afecta ao pólo escolar constituído pela Escola do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico de Penalves, a complementar com uma Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico (com 8 salas);
- zz) E46 – área afecta à Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico de Argivai;
- aaa) E47 – área afecta à Igreja de Nossa Senhora dos Milagres e ao cemitério de Argivai;
- bbb) E48 – área a afectar a equipamentos de apoio à função habitacional (centro de dia, centro comunitário, creche e extensão do centro de saúde);
- ccc) E49 – área afecta a instalações do ensino superior;
- ddd) E50 – área a afectar a hospital; a faixa a poente, com uma largura não inferior a 46 m, destinar-se-á a espaço público com funções pedonais e estacionamento automóvel;
- eee) E51 – área a afectar a uma unidade hoteleira (conforme contrato estabelecido com a CMPV), integrada no projecto do parque da cidade, o qual pode prever a sua realocação; em qualquer caso, a unidade hoteleira não pode inibir a circulação pública pedonal ao longo do lago;
- fff) E52 – área afecta ao parque de estacionamento da Praça do Almada;
- ggg) E53 – área afecta à estação do metro;
- hhh) E54 – área afecta aos equipamentos do Varzim Sport Clube, Clube Desportivo da Póvoa e Praça de Touros; em resultado do Plano de Pormenor da Zona E54, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, através do Aviso n.º 18087/2009, de 14 de Outubro, os equipamentos dos dois clubes, no âmbito do processo de renovação urbana previsto, serão transferidos para a «cidade desportiva» (E14);
- iii) E55 – área afecta ao Centro Social de Aver-o-Mar, integrando jardim de infância, creche, ATL e lar de idosos;
- jjj) E56 – área afecta ao Centro Empresarial Agros; conjunto edificado de diversos blocos de serviços funcionalmente autónomos mas com gestão integrada, envolvido por amplos espaços verdes;
- lll) E57 – área afecta a equipamento de carácter turístico, designadamente do sector hoteleiro; está sujeita às seguintes regras:
 - Número de pisos acima da cota de soleira: ≤ 2
 - Índice bruto de construção: $\leq 0,25$
 - Índice de implantação: $\leq 0,25$;
- mmm) E58 – área a afectar a equipamentos de carácter social e de apoio à função habitacional;
- nnn) E59 – área afecta ao Auditório de Apoio ao Festival de Música e à Sede Social do Grupo Recreativo Estrela do Bonfim.

Art.º 40º - Âmbito e objectivos

- 1- As zonas terciárias são áreas estruturantes que, com uma presença significativa de funções terciárias [na definição constante da alínea a) do n.º 5 do art.º 4.º], se assumem como espaços de troca e de encontro.
- 2- As funções terciárias devem instalar-se principalmente no rés-do-chão dos edifícios, devendo ser criadas boas condições para a estadia e circulação pedonal no espaço público.

Art.º 41º - Identificação

São zonas terciárias as definidas como tal na planta de zonamento e identificadas por caracteres alfanuméricos iniciados pela letra T.

Art.º 42º - Regras e programas específicos

- 1- A zona T1, actual área central da cidade, está sujeita às seguintes regras:
 - a) Cumprimento das regras estabelecidas no art.º 58º, devendo ser dada a maior importância à melhoria qualitativa e quantitativa do espaço público pedonal;
 - b) A construção de novos edifícios deve manter uma equilibrada mistura funcional, com o nível do rés-do-chão predominantemente afecto a funções terciárias e, pelo menos 50% dos pisos superiores destinados a habitação, excepto se o edifício, independentemente do uso, constituir uma só unidade funcional;
 - c) O número de pisos dos edifícios não pode ultrapassar o constante do anexo II do Regulamento, salvo nas situações previstas na alínea b) do artigo 73.º.
- 2- A zona T2, área edificada da Avenida Mousinho de Albuquerque e da Avenida dos Banhos, está, na construção e alteração de edifícios, sujeita às seguintes regras:
 - a) O rés-do-chão destina-se a funções terciárias e os restantes pisos à habitação e ou equipamentos;
 - b) O número de pisos dos edifícios não pode ultrapassar o constante do anexo II do Regulamento, salvo nas situações previstas na alínea b) do artigo 73.º.
- 3- A zona T3 destina-se, predominantemente, a funções terciárias complementares da estação do metro (E53) e da zona verde contígua, estando sujeita às seguintes regras:
 - a) Assegurar passagem pública pedonal entre a estação do metro e a Praça do Almada;
 - b) Não pode ultrapassar os 3 pisos.
- 4- A zona T4, a integrar em Plano Municipal de Ordenamento do Território, nos termos previstos no art. 34º do Regulamento do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho, está sujeita às seguintes regras:
 - a) Remate da edificação existente, configurando os espaços verdes contíguos propostos;

- b) Destina-se a equipamentos e funções terciárias.
- 5- A zona T5 está sujeita às seguintes regras:
- a) Abertura de praça a sul do arruamento actual, que nesta área será eliminado, integrando a praça;
 - b) Construção de um edifício, de 3 pisos, a norte da praça, constituindo remate da Avenida Nossa Senhora das Neves;
 - c) Construção de edifício triangular, de 3 pisos, a sul da praça, confrontando com esta, com o arruamento proposto e com a zona verde.
- 6- A zona T6 está sujeita às seguintes regras:
- a) Área a qualificar através da pedonalização do arruamento e da melhoria das relações funcionais com o terciário, presente no rés-do-chão;
 - b) Construção de um edifício de 3 pisos no remate sul, confrontante com a continuação da Avenida Repatriamento dos Poveiros.
- 7- A zona T7, área edificada que mantém ainda o seu carácter rural, está sujeita às seguintes regras:
- a) Deve ser preservada, privilegiando funções terciárias no rés-do-chão do edificado;
 - b) O espaço deve ser pedonalizado, articulando-se com as zonas verdes contíguas;
 - c) Cumprimento das regras urbanísticas estabelecidas no art.º 60º.
- 8- Na zona T8 é feito o remate da zona HE1 com banda edificada, de 2 pisos, com funções terciárias no rés-do-chão, confrontando com praça contígua ao espaço verde.
- 9- A zona T9 está sujeita às seguintes regras:
- a) Criação de praça a nascente, confrontando com banda contínua de 2 pisos;
 - b) Funções terciárias no rés-do-chão do edificado.
- 10- A zona T10, que faz o remate da zona HC3, está sujeita às seguintes regras:
- a) Funções terciárias no rés-do-chão do edificado, confrontando com praça contígua ao espaço verde;
 - b) Cumprimento das regras urbanísticas estabelecidas no art.º 62º.
- 11- A zona T11 é uma área ocupada por uma unidade comercial e rematada por um edifício, de 5 pisos, destinando-se a funções terciárias e habitacionais.
- 12- A zona T12, correspondente à urbanização da antiga fábrica Quintas & Quintas, SA, pode ser afectada a funções habitacionais e terciárias, estando sujeita às seguintes regras:
- a) Constituição de uma praça ao longo da EN 13, entre a Rua Serpa Pinto e a Basílica do Sagrado Coração de Jesus, cuja presença deve ser sublinhada;
 - b) Construção de parque de estacionamento subterrâneo;
 - c) Edifício de 6 a 8 pisos acima do solo, conformando a praça;
 - d) Índice bruto de construção: $\leq 1,73$;
 - e) Índice de implantação: 0,40.

13- A zona T13 está sujeita às seguintes regras:

- a) Banda contínua, de 3 pisos, confrontante com o espaço verde contíguo;
- b) Funções terciárias no rés-do-chão do edificado.

14- A zona T14 está sujeita às seguintes regras:

- a) Criação de praça, a nascente/norte, confrontante com uma banda contínua de 2 pisos;
- b) Funções terciárias no rés-do-chão do edificado.

15- *(Revogado.)*

16- A zona T16 está sujeita às seguintes regras:

- a) Quarteirão com edificação em banda com altura máxima de 5 pisos, com funções terciárias no rés-do-chão do edificado;
- b) Profundidade dos edifícios não superior a 15 m;
- c) Índice bruto de construção: $\leq 1,2$.

17- A zona T17 está sujeita às seguintes regras:

- a) Banda predominantemente contínua, com altura máxima de 5 pisos, com funções terciárias no rés-do-chão do edificado;
- b) Profundidade dos edifícios não superior a 15 m;
- c) Índice bruto de construção: $\leq 1,2$.

18- A zona T18, área edificada associada à Capela da Nossa Senhora de Belém, que mantém ainda o seu carácter rural, está sujeita às seguintes regras:

- a) O espaço deve ser pedonalizado, privilegiando funções terciárias no rés-do-chão do edificado, confrontante com o alargamento do espaço público;
- b) Cumprimento das regras urbanísticas estabelecidas no n.º 2 do art. 58.º e no n.º 1 do art.º 60º.

19- A zona T19, área edificada ao longo da Rua 31 de Janeiro, está, na construção e alteração dos edifícios, sujeita às seguintes regras:

- a) Funções terciárias no rés-do-chão do edificado e habitação nos restantes pisos;
- b) O número de pisos dos edifícios não pode ultrapassar o constante do anexo II do Regulamento, salvo nas situações previstas na alínea b) do artigo 73.º.
- c) Cumprimento das regras urbanísticas estabelecidas no art.º 58º.
- d) Excecionalmente, admite-se a ocupação do piso do rés-do-chão para reforço da capacidade de estacionamento automóvel.

20- A zona T20 está sujeita às seguintes regras:

- a) Banda contínua, de 4 pisos, confrontante com a zona verde proposta;
- b) A construção e zona verde, constituem, obrigatoriamente, uma operação urbanística única;
- c) Na articulação com a zona HC2 deve ser efectuada a transição para os 2 pisos;
- d) Funções terciárias no rés-do-chão do edificado;

- e) Ligação pedonal entre a zona verde e a Fonte da Bica.
- 21- A zona T21 faz o remate da zona HE1 com banda predominantemente contínua, de 2 pisos, com funções terciárias no rés-do-chão.
- 22- A zona T22 está sujeita às seguintes regras:
 - a) Banda contínua, de 1 piso, confrontante com a zona verde;
 - b) Funções terciárias.
- 23- *(Revogado.)*
- 24- A zona T24 está sujeita às seguintes regras:
 - a) Criação de uma praça, a poente, confrontando com banda contínua de 4 pisos;
 - b) Funções terciárias no rés-do-chão do edificado.
- 25- A zona T25, área ocupada em grande parte por uma unidade comercial, faz o remate da zona HC1, a poente, com banda contínua de 2 pisos de terciário, confrontante com o espaço verde.
- 26- A zona T26 está sujeita às seguintes regras:
 - a) Banda contínua, de 2 pisos, com funções terciárias no rés-do-chão do edificado, formando quarteirão;
 - b) Constituição de duas praças, uma na frente do aqueduto e outra junto à igreja;
 - c) Cumprimento das regras urbanísticas estabelecidas no art.º 60º.
- 27- A zona T27, área de recepção (entrada sul da cidade), está sujeita às seguintes regras:
 - a) Criação de praça, atravessada pela via distribuidora e formatada pelo Aqueduto de Vila do Conde (Santa Clara) e por bandas contínuas de 2 pisos, com funções terciárias no rés-do-chão;
 - b) Na articulação com as zonas HE1 e HC0, devem ser cumpridas as respectivas regras urbanísticas (art.º 52º e art.º 59º).
- 28- A zona T28 está sujeita às seguintes regras:
 - a) Reabilitação e reutilização do edifício existente, com abertura de praça entre este e o Aqueduto de Vila do Conde (Santa Clara);
 - b) Continuação do edificado para norte, com 2 pisos;
 - c) Uso exclusivamente terciário.
- 29- A zona T29 faz o remate da zona HE2 através de banda edificada, com funções terciárias no rés-do-chão, integrando praça pedonal.
- 30- A zona T30 faz o remate da zona HE3 através de banda edificada, com funções terciárias no rés-do-chão, integrando praça pedonal a nascente.
- 31- A zona T31, confrontante com o Largo das Dores e atravessada por percurso verde e pedonal, está sujeita às seguintes regras:

- a) Devem ser cumpridas as regras urbanísticas da zona HE3, sendo que as bandas contínuas confrontantes com o Largo das Dores têm 4 pisos e os restantes edifícios 3 pisos;
- b) Rés-do-chão afecto a funções terciárias e com função habitacional em, pelo menos, 50% da ABC.

CAP. 5 - Das zonas de actividades

Art.º 43º - Âmbito e objectivos

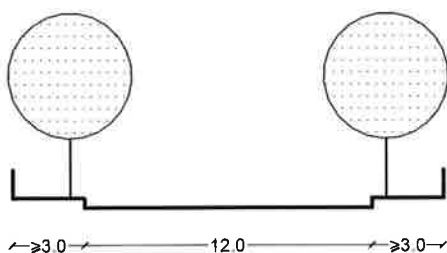
As zonas de actividades são áreas predominantemente destinadas a actividades industriais e comerciais.

Art.º 44º - Identificação

- 1- São zonas de actividades as definidas como tal na planta de zonamento e identificadas por caracteres alfanuméricos iniciados pela letra A.
- 2- Estas zonas incluem áreas que actualmente já integram essas funções, a consolidar (AC), e outras de expansão, a urbanizar (AE).

Art.º 45º - Zonas AE

- 1- As zonas AE destinam-se a indústrias do tipo 2 e 3, a equipamentos de apoio à indústria, a armazéns, a grandes superfícies comerciais, comércio retalhista, serviços e escritórios, podendo ainda destinar-se parcialmente a habitação se tal for previsto em estudo urbanístico abrangendo a totalidade da área de intervenção e a respectiva ABC não ultrapasse 20% do total.
- 2- Nestas zonas, o perfil transversal dos arruamentos é o seguinte (cotas em metros):



A faixa de 12 m inclui estacionamento longitudinal, de ambos os lados da via, salvaguardando acesso a cada um dos lotes e distância de 15 m a cruzamentos e entroncamentos.

- 3- Exceptuadas situações tecnicamente justificadas, o volume e implantação do edificado obedecem às seguintes regras:
 - a) A dimensão máxima das bandas construídas é de 60 m, com interrupções de 10 m;

- b) A implantação das bandas deve recuar 5 m relativamente ao limite fronteiro do lote;
 - c) A altura dos edifícios não deve exceder os 9 m, salvo instalações técnicas devidamente justificadas.
- 4- Nas zonas AE são aplicáveis os seguintes índices urbanísticos:
- a) Índice bruto de construção: 0,45 a 0,50.
 - b) Índice bruto de implantação: $\leq 0,4$.
- 5- O tratamento de efluentes de unidades industriais deve, sempre que necessário, ser realizado em estação própria antes de ser lançado no sistema público, devendo o seu projecto justificar tecnicamente o tratamento dos diferentes efluentes produzidos.
- 6- Nestas zonas não é permitido o funcionamento de actividades que provoquem níveis sonoros acima dos 65 dB (A) nas zonas envolventes.

Art.º 46º - Zonas AC

- 1- Sempre que possível, nomeadamente em loteamentos, são aplicáveis as regras estabelecidas no artigo anterior.
- 2- Às obras novas ou obras de alteração em lotes já constituídos são, sem prejuízo de direitos adquiridos, aplicáveis as regras estabelecidas nos n.ºs 1, 3, 5 e 6 do artigo anterior e os índices urbanísticos seguintes:
 - a) Índice líquido de construção: $\leq 0,6$;
 - b) Índice líquido de implantação: $\leq 0,5$.

CAP. 6 - Das zonas habitacionais

Art.º 47º - Âmbito e objectivos

- 1- As zonas habitacionais são áreas predominantemente destinadas à habitação.
- 2- A fim de evitar uma excessiva monofuncionalidade, estas áreas podem e devem incluir outros usos (nomeadamente equipamentos, funções terciárias e indústria do tipo 3), desde que os mesmos se mostrem compatíveis com a habitação e se insiram nas condições de habitabilidade das respectivas zonas.

Art.º 48º - Usos compatíveis

- 1- Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo anterior, consideram-se usos compatíveis com a habitação todos os que não se traduzam num agravamento sensível das condições ambientais e de salubridade, não constituam factor de risco para a integridade de pessoas e bens (incluindo eventuais fontes de incêndio e explosão) nem provoquem perturbações na natural fluidez do tráfego (decorrentes, designadamente, de operações de carga e descarga ou de excessiva circulação de pesados).

- 2- A existência de condições de incompatibilidade é condição suficiente para fundamentar a recusa do licenciamento de instalação ou actividade por parte da Câmara Municipal, mesmo que qualquer outra entidade competente, nos termos da legislação aplicável, haja emitido pronúncia favorável.
- 3- A Câmara Municipal pode determinar a apresentação de projectos destinados a comprovar a inexistência de condições de incompatibilidade, bem como os destinados a reduzir o eventual impacte das construções no meio envolvente.

Art.º 49º - Identificação

- 1- São zonas habitacionais as definidas como tal na planta de zonamento e identificadas por caracteres alfanuméricos iniciados pela letra H.
- 2- Estas zonas dividem-se em:
 - a) Zonas habitacionais de expansão tipificada (HE), as quais, consoante as respectivas características morfotipológicas, se subdividem em HE0, HE1, HE2, HE3, HE4, HE5 e HE6;
 - b) Zonas habitacionais a conservar e ou consolidar (HC), as quais, consoante as respectivas características morfotipológicas e densidades construtivas, se subdividem em HC0, HC1, HC2, HC3 e HC4;
 - c) Zonas habitacionais a qualificar (HQ);
 - d) Zonas habitacionais não tipificadas, H11 a H22, que devem obedecer a regras singulares, estabelecidas para cada uma.

Art.º 50º - Zonas habitacionais de expansão – HE

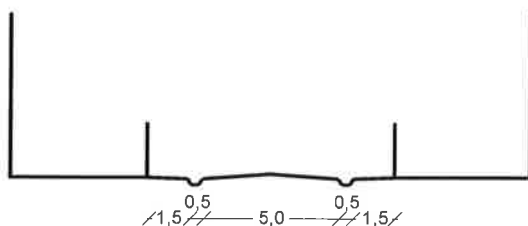
- 1- As zonas habitacionais HE são áreas predominantemente não edificadas nem loteadas, que devem ser urbanizadas para fins habitacionais.
- 2- São-lhes aplicáveis os seguintes princípios gerais:
 - a) Cada zona deve obedecer a uma opção morfotipológica, por forma a que, uma vez urbanizada, se lhe reconheça uma identidade própria e uma coerência funcional e formal;
 - b) As soluções a adoptar devem procurar integrar as preexistências, atenuando situações de ruptura, salvo perante objectos de reconhecido valor patrimonial.

Art.º 51º - Zonas HE0

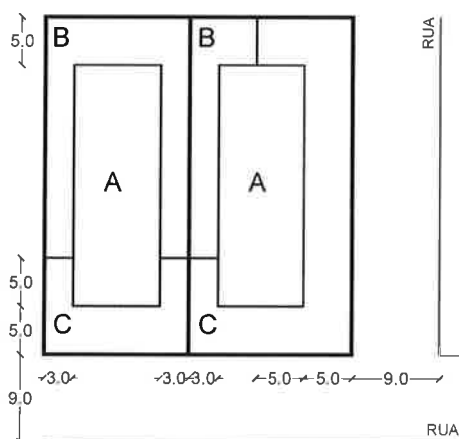
As zonas HE0 estão sujeitas às seguintes regras:

- a) Uso predominantemente habitacional, com quintais que permitam hortas urbanas;
- b) Moradias isoladas, em lotes divididos entre si por muros de vedação organizados em quarteirões de dimensão variável, tendo como referência 200 m x 70 m;
- c) Arruamentos formando malhas ortogonais ou curvilíneas, podendo abrir largos, que se devem assumir como alargamentos dos arruamentos e ser arborizados;

- d) Perfil transversal desejável dos arruamentos conforme desenho seguinte, com pavimento unitário de pedra, sendo que, havendo preexistências, o perfil a adoptar pode dar-lhe continuidade e, existindo muros de pedra, estes devem ser mantidos (cotas em metros);



- e) Estacionamento público ao longo da via, considerando-se que o arruamento já o integra;
 f) Estacionamento privado: mínimo de dois lugares por lote;
 g) Número de fogos por hectare: 15 a 20;
 h) Índice bruto de construção: $\leq 0,5$;
 i) Dimensão dos lotes, salvo se a situação cadastral existente não o permitir: área $\geq 400 \text{ m}^2$, frente $\geq 15 \text{ m}$;
 j) Número de pisos e implantação dos edifícios, conforme desenho e regras seguintes (cotas em metros):



A área C não pode ser edificada.

Na área A pode ocorrer construção com o máximo de 2 pisos.

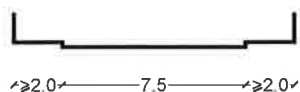
Na área B não pode ocorrer edificação com mais de 1 piso; nesta área, a existir edificação, todos os seus vãos devem virar-se para o interior do lote e a sua cobertura não pode ultrapassar em nenhum ponto os 4m de altura.

- l) Muros confrontantes com o espaço público, de pedra não polida e/ou alvenaria rebocada, com altura entre 1,5 m e 2 m.

Art.º 52º - Zonas HE1

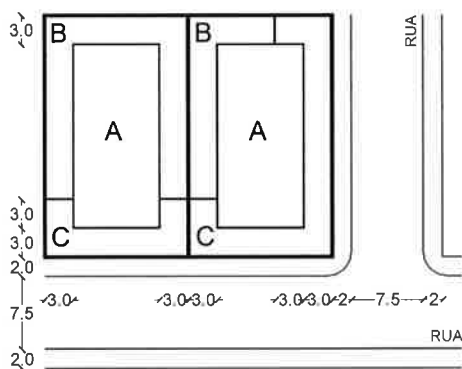
As zonas HE1 estão sujeitas às seguintes regras:

- a) Uso predominantemente habitacional;
 b) Moradias implantadas em lotes divididos entre si por muros de vedação e organizados em quarteirões com dimensão variável, tendo como referência 150 m x 50 m;
 c) Arruamentos formando malhas ortogonais ou curvilíneas, podendo abrir largos, desejavelmente associados à presença de funções não habitacionais no rés-do-chão;
 d) Perfil transversal desejável dos arruamentos (cotas em metros):



No prolongamento de arruamentos preexistentes, o perfil a adoptar pode dar-lhe continuidade;

- e) Estacionamento público ao longo da via, considerando-se que a faixa de rodagem de 7,5 m já o integra;
- f) Estacionamento privado: mínimo de dois lugares por lote, devendo a localização de cada entrada de carro ser contígua à de lote vizinho;
- g) Largos: no encontro de vias, devem constituir espaços pedonais de encontro e estadia;
- h) Número de fogos por hectare: 20 a 30, salvo situações de habitação social, em que se admite densidade superior;
- i) Índice bruto de construção: $\leq 0,6$;
- j) Índice líquido de implantação: $\leq 0,65$;
- l) Número de pisos e implantação dos edifícios, conforme desenho e regras seguintes, salvo em projectos de execução assegurada, que abrangem a totalidade de um troço de rua (entre cruzamentos e de um ou de ambos os lados), caso em que será admitida qualquer solução unitária que respeite o disposto no artigo 58.º (cotas em metros):



A área C não pode ser edificada;

Os alinhamentos de A fronteiros aos arruamentos devem ser respeitados;

Na área A não pode ocorrer edificação com mais de 2 pisos;

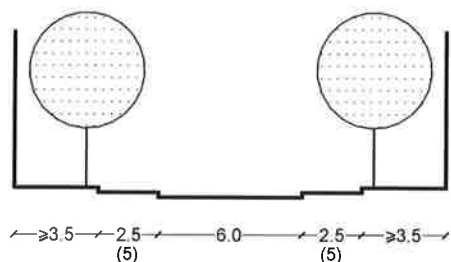
Na área B não pode ocorrer edificação com mais de 1 piso; nesta área, a existir edificação, todos os seus vãos devem virar-se para o interior do lote e a sua cobertura não pode ultrapassar, em nenhum ponto, os 4 m de altura.

- m) Lotes que integrem funções não habitacionais devem organizar-se em contínuo de fachada, em contacto directo com largo (pedonal);
- n) Muros confrontantes com o espaço público, de alvenaria, com altura entre 0,8 m e 1,2 m, podendo ser encimados por gradeamento ou outro elemento discreto, totalizando a altura de 1,80m.

Art.º 53º - Zonas HE2

As zonas HE2 estão sujeitas às seguintes regras:

- a) Uso predominantemente habitacional, com ocorrência obrigatória de funções não habitacionais em pisos térreos confrontantes com alargamento do espaço público;
- b) Ruas e praças de traçado regular;
- c) Bandas contínuas de edifícios, formando quarteirões com interior privado;
- d) Perfil transversal desejável dos arruamentos (cotas em metros):



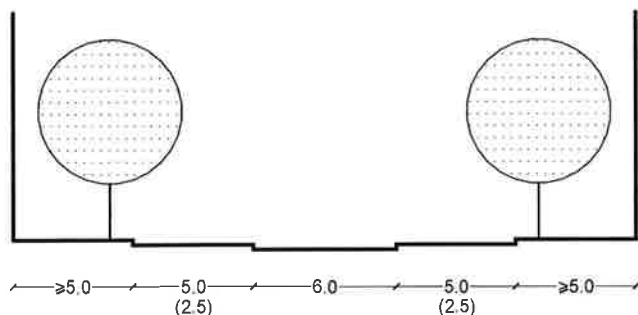
No prolongamento de arruamentos preexistentes, o perfil a adoptar pode dar-lhe continuidade, sem prejuízo de ser garantido o estacionamento necessário, conforme art.º 67º;

- e) Alargamentos do espaço público: praças regulares, na confluência de vias, sendo que, pelo menos num dos seus lados, deve ocorrer uma relação directa entre os edifícios e o espaço pedonal alargado;
- f) Número de fogos por hectare: 50 a 60, salvo situações de habitação social, em que se admite densidade superior;
- g) Índice bruto de construção: $\leq 1,0$;
- h) Os edifícios, organizados em banda contínua, devem ter 2 ou 3 pisos;
- i) O interior do quarteirão, livre de construção, não deve ter, em nenhum ponto, largura inferior a 20 m, salvo situações cadastrais em que tal se demonstre inviável;
- j) O interior do quarteirão pode constituir um lote ou fracção condominial dos edifícios que o marginam, sendo que, neste caso, nele podem ser construídos equipamentos para usufruto dos residentes;
- l) Os estacionamentos privados devem localizar-se em cave e podem constituir lote ou fracção condominial; sendo construídos estacionamentos independentes, as entradas devem ser contíguas à de lote vizinho.

Art.º 54º - Zonas HE3

As zonas HE3 estão sujeitas às seguintes regras:

- a) Uso predominantemente habitacional, com ocorrência obrigatória de funções não habitacionais em pisos térreos confrontantes com alargamento do espaço público;
- b) Ruas e praças de traçado regular;
- c) Bandas contínuas de edifícios, formando quarteirões com interior privado;
- d) Perfil transversal desejável dos arruamentos (cotas em metros):

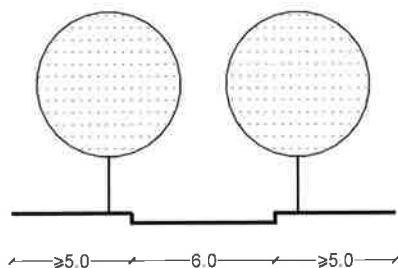


- e) Alargamentos do espaço público: praças regulares, na confluência de vias, sendo que, pelo menos num dos seus lados, deve ocorrer uma relação directa entre os edifícios e o espaço pedonal alargado;
- f) Número de fogos por hectare: 60 a 75, salvo situações de habitação social, em que se admite densidade superior;
- g) Índice bruto de construção: $\leq 1,2$;
- h) Número de pisos dos edifícios: 3 ou 4;
- i) O interior do quarteirão, livre de construção, não deve ter em nenhum ponto largura inferior a 20 m, salvo situações cadastrais em que tal se demonstre inviável;
- j) O interior do quarteirão pode constituir um lote ou fracção condominial dos edifícios que o marginam, sendo que, neste caso, nele podem ser construídos equipamentos para usufruto dos residentes;
- l) Os estacionamento privados devem localizar-se em cave e podem constituir lote ou fracção condominial; sendo construídos estacionamento independentes, as entradas devem ser contíguas à de lote vizinho.

Art.º 55º - Zonas HE4

As zonas HE4 estão sujeitas às seguintes regras:

- a) Uso predominantemente habitacional, com ocorrência obrigatória de funções não habitacionais no rés-do-chão dos edifícios, salvo se estes forem vazados;
- b) Conjuntos de edifícios de 4 a 8 pisos, rodeados por espaço público;
- c) Perfil transversal desejável dos arruamentos (cotas em metros):



- d) Estacionamento: pode organizar-se em bolsas de desenho regular e muito arborizadas, com caldeiras para as árvores de largura $\geq 1,5$ m; pode, em complemento ou alternativa, situar-se ao longo dos arruamentos, acrescentando ao perfil definido na alínea anterior;

- e) Os espaços públicos, que devem em todos os casos assumir uma função e uma forma, e não apenas constituir sobras entre edifícios, devem integrar espaços verdes e áreas com pavimentos duros, estes associados a funções não habitacionais dos edifícios;
- f) Estacionamento privado em cave em cada edifício; os seus limites podem ultrapassar os do edifício, mas a respectiva cota de cobertura não pode ultrapassar a do espaço público envolvente;
- g) Número fogos por hectare: 60 a 75, salvo situações de habitação social, em que se admite densidade superior;
- h) Índice bruto de construção: $\leq 1,2$.

Art.º 56º - Zonas HE5

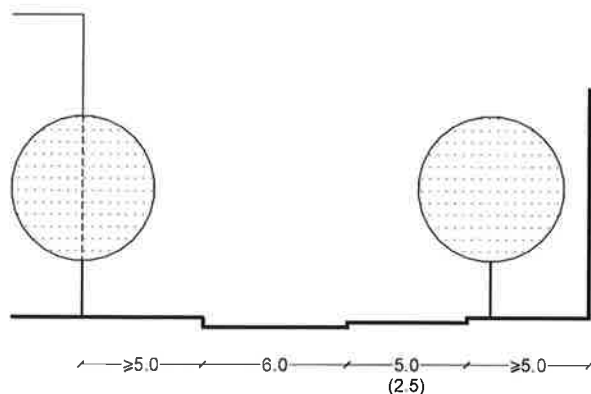
As zonas HE5 estão sujeitas às seguintes regras:

- a) Uso predominantemente habitacional;
- b) Edifícios de 4 pisos, com frentes entre 50 e 60 m e profundidade de 15 m, predominantemente paralelos à Avenida 25 de Abril, localizados entre esta e outra via a criar, afastados 15 m uns dos outros e rodeados por espaço público;
- c) O arruamento a criar terá o perfil transversal previsto para os arruamentos em zona HE3 [alínea d) do art.º 54º];
- d) Estacionamento privado em cave em cada edifício; os seus limites podem ultrapassar os do edifício, mas a respectiva cota de cobertura não pode ultrapassar a do espaço público envolvente.

Art.º 57º - Zonas HE6

As zonas HE6 estão sujeitas às seguintes regras:

- a) Uso predominantemente habitacional, com ocorrência obrigatória de funções não habitacionais no rés-do-chão dos edifícios, salvo se estes forem vazados;
- b) Perfil transversal desejável dos arruamentos (cotas em metros):



- c) Edifícios isolados, com o máximo de 8 pisos, a implantar entre a via a criar e a Avenida 25 de Abril, rodeados por espaço público; do outro lado da via a criar, banda contínua, com o máximo de 3 pisos;

- d) O estacionamento público envolvente aos edifícios isolados deve localizar-se em bolsas de desenho regular e muito arborizadas; o destinado à banda contínua deve localizar-se ao longo da via;
- e) Os espaços públicos entre edifícios, que alternam com os de estacionamento, devem potenciar locais de encontro e de estadia pedonal, devendo a sua cobertura ser predominantemente vegetal, mas ocorrendo pavimentos duros na contiguidade de funções terciárias localizadas nos pisos térreos dos edifícios;
- f) Número de fogos por hectare: 60 a 75, salvo situações de habitação social, em que se admite densidade superior;
- g) Índice bruto de construção: $\leq 1,2$;
- h) Cada edifício ou conjunto de edifícios deve dispor de estacionamento em cave; no caso dos edifícios isolados, o limite do estacionamento pode passar o dos edifícios, mas a respectiva cota de cobertura não pode ultrapassar a do espaço público envolvente.

Art.º 58º - Zonas habitacionais a conservar e ou consolidar – HC

- 1- As zonas habitacionais HC são áreas predominantemente edificadas e infraestruturadas (e ou com loteamentos aprovados), relativamente às quais se reconhece a existência de um padrão morfotológico, que se pretende que seja respeitado.
- 2- São-lhes aplicáveis os seguintes princípios gerais:
 - a) A morfologia urbana, nomeadamente no que respeita à estrutura do espaço público, à dimensão dos lotes e à linguagem das edificações, deve ser respeitada e valorizada;
 - b) O espaço público (vias, estacionamento e zonas livres) deve ser melhorado e, sempre que necessário, redimensionado, devendo a operação urbanística articular-se e subordinar-se à necessidade desse redimensionamento;
 - c) Os espaços desaproveitados/expectantes devem ser preenchidos por lotes e construção ou espaços públicos tratados;
 - d) As características tipológicas das edificações, assim como volumes e cêrceas maioritários, e alinhamentos dominantes, devem ser mantidos;
 - e) As obras de recuperação, ampliação, reconstrução ou construção nova devem visar a melhoria das condições habitacionais existentes e evitar uma densificação incompatível com as infra-estruturas e os espaços públicos.

Art.º 59º - Zonas HC0

- 1- Às transformações que forem ocorrendo em lotes urbanos são aplicáveis os seguintes índices urbanísticos:
 - a) Índice líquido de construção: $\leq 0,75$;
 - b) Índice líquido de implantação: $\leq 0,5$.
- 2- Nas áreas que, em cumprimento do estabelecido no nº 2 do art.º 83º, forem loteadas, são aplicáveis as regras estabelecidas nas alíneas a) a h) do artigo 51º (HE0).

Art.º 60º - Zonas HC1

1- Às transformações que forem ocorrendo em lotes urbanos são, sem prejuízo do disposto no número seguinte, aplicáveis os seguintes índices urbanísticos:

- a) Índice líquido de construção: $\leq 0,9$;
- b) Índice líquido de implantação: $\leq 0,65$.

2- Nas ruas referidas no anexo II do Regulamento não são aplicados os índices previstos no número anterior; o número de pisos dos edifícios não pode ultrapassar o constante do referido anexo, salvo nas situações previstas na alínea b) do artigo 73.º.

3- Nas áreas que, em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do art.º 83º, forem loteadas, são aplicáveis as regras estabelecidas nas alíneas a) a i) do artigo 52º (HE1).

Art.º 61º - Zonas HC2

1 - Às transformações que forem ocorrendo em lotes urbanos são, sem prejuízo do disposto no número seguinte, aplicáveis os seguintes índices urbanísticos:

- a) Índice líquido de construção: $\leq 1,5$;
- b) Índice líquido de implantação: $\leq 0,65$;

2- Nas ruas referidas no anexo II do Regulamento não são aplicados os índices previstos no número anterior; o número de pisos dos edifícios não pode ultrapassar o constante do referido anexo, salvo nas situações previstas na alínea b) do artigo 73.º.

3- Nas áreas que, em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do art.º 83º, forem loteadas são aplicáveis as regras estabelecidas nas alíneas a) e d) a g) do artigo 53º (HE2).

Art.º 62º - Zonas HC3

1- Às transformações que forem ocorrendo em lotes urbanos são aplicáveis os seguintes índices urbanísticos:

- a) Índice líquido de construção: $\leq 1,8$;
- b) Índice líquido de implantação: $\leq 0,65$.

2- Nas áreas que, em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do art.º 83º, forem loteadas, são aplicáveis as regras estabelecidas nas alíneas a) e d) a g) do artigo 54.º (HE3) e ainda, sempre que compatível com a envolvente, as estabelecidas nas alíneas b), c) e h) do mesmo artigo.

Art.º 63º - Zonas HC4

Nas zonas HC4 são aplicáveis as regras estabelecidas no art. 55.º (relativo às zonas HE4), salvo se se revelarem incompatíveis com os princípios gerais previstos no n.º 2 do art. 58.º.

Art.º 64º - Zonas habitacionais a qualificar – HQ

- 1- As zonas habitacionais HQ são áreas já muito edificadas e infraestruturadas (e ou loteadas), relativamente às quais não se reconhece a existência de um padrão morfotipológico.
- 2- São-lhes aplicáveis os seguintes princípios gerais:
 - a) As novas intervenções devem procurar contribuir para a estruturação da respectiva zona, através de: abertura de novas vias de ligação entre as existentes; criação de largos ou praças na confluência de vias, e clarificação dos limites entre espaço público e espaço privado;
 - b) Nos locais menos edificados e infraestruturados, que impliquem a prévia estruturação da zona, as soluções a adoptar devem ser de edificação em banda contínua, formatando ruas e praças;
 - c) Nos locais mais edificados, ou seja, com estrutura urbana definida, as soluções devem respeitar e ou procurar articular as preexistências e colmatar eventuais carências ou indefinições relativas ao espaço público.
- 3- Nos locais menos edificados e infra-estruturados, que impliquem a prévia estruturação da zona, são aplicáveis as seguintes regras:
 - a) Índice bruto de construção: $\leq 1,0$;
 - b) Número de pisos: 2 a 3;
 - c) Perfil transversal das vias conforme HE2 [alínea d) do artigo 53º].
- 4- Nos locais mais edificados, ou seja, com estrutura urbana definida, são aplicáveis as regras do art.º 58.º.

Art.º 65º - Zonas habitacionais não tipificadas – H11 a H20

- 1- Na Zona H11, zona marginal à EN 13, em grande parte edificada, os novos edifícios devem obedecer às seguintes regras:
 - a) Lotes divididos por muros (ou sebes vegetais) de vedação, sendo que o frontal à via deve manter o alinhamento existente e não ultrapassar 1 m de altura;
 - b) Edifícios implantados paralelamente à via, com o alinhamento mais frequente da frente edificada em cada um dos lados de cada troço de arruamento em que se inserem;
 - c) Cércea não superior à altura da fachada mais frequente da frente edificada, em cada um dos lados de cada um dos troços do arruamento em que se inserem.
- 2- A zona H12 está sujeita às seguintes regras:
 - a) Banda contínua com logradouro privado, a edificar ao longo de vias a criar ou remodelar;
 - b) Número de pisos: predominantemente, 3, podendo conter, pontualmente, 2 ou 4 na articulação com preexistências;
 - c) Índice líquido de construção: $\leq 1,5$.

- 3- A zona H13 está sujeita às seguintes regras:
 - a) Destina-se a um conjunto de edifícios unifamiliares, isolados ou geminados, de 2 pisos, respeitando o alinhamento fronteiro à Avenida do Mar;
 - b) Área a rematar, a norte, por um edifício, no respeito pelo alinhamento do zonamento;
 - c) As frentes dos edifícios viradas para a Avenida do Mar, assim como o remate norte, devem ser objecto de especial qualidade arquitectónica.

- 4- A zona H14, área marcante pela entrada na cidade através da Avenida do Mar, está sujeita às seguintes regras:
 - a) Área a edificar com edifícios isolados, paralelos à via de acesso e rodeados por espaço público, de 3 pisos, com frentes entre 40 e 50 m e 15 m de profundidade, podendo atingir 18 m no piso em cave, desde que totalmente enterrada em relação à cota da via pública e abrangendo apenas a área do logradouro posterior (voltada para a Avenida do Mar);
 - b) Garantia da permeabilidade de vistas, com edifícios distantes entre si, pelo menos, 15 m;
 - c) A área do lote corresponde à área máxima passível de ocupação pelo edifício (incluindo cave);
 - d) O muro de vedação do logradouro posterior deverá ter acabamento exterior em pedra não polida, com altura máxima de 1,20 m, não podendo ser encimado por qualquer elemento.

- 5- A zona H15, núcleo existente associado à capela da Senhora de Belém, cujas características rurais, muros de pedra, calçada de granito, traçado das vias e materiais tradicionais de construção devem ser mantidos e recuperados, está sujeita às seguintes regras:
 - a) Muros a criar, confrontantes com o espaço verde, de pedra não polida, com altura aproximada de 2 m;
 - b) Construções afastadas dos muros pelo menos 5 m;
 - c) As demais regras urbanísticas são as previstas para as zonas HC1 (art.º 60.º).

- 6- A zona H16 corresponde a um núcleo existente a rematar, a poente, com banda de 2 ou 3 pisos, confrontada com faixa verde não inferior a 15 m de largura, sendo as demais regras urbanísticas aplicáveis as previstas para as zonas HC2 (art.º 61º).

- 7- A zona H17 corresponde a um terreno a urbanizar, abrangido pelo Alvará de Loteamento n.º 10/2003; em eventuais alterações à licença de loteamento, não pode haver aumento do índice bruto de construção.

- 8- A zona H18, área marcante da nova entrada sul na cidade (em Argivai), corresponde a uma banda edificada contínua de 3 pisos, interrompida pela via, sujeita a projecto unitário.

- 9- A zona H19 destina-se a habitação cooperativa, aplicando-se as regras estabelecidas para HE1;

- 10- A zona H20 corresponde à UOPG n.º 6 do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho, devendo ser alvo de um Plano Municipal de Ordenamento do Território no respeito dos parâmetros estabelecidos;

- 11- A zona H21 está sujeita às seguintes regras:
- a) Bandas contínuas de edificação com frentes voltadas para a Avenida 25 de Abril, intercaladas com amplos espaços verdes;
 - b) Cércea máxima de 6 pisos acima do solo;
 - c) Índice bruto de construção: $\leq 1,14$;
 - d) Índice de implantação: $\leq 0,25$;
 - e) Uso predominantemente habitacional com possibilidade de terciário no rés-do-chão.
- 12- A zona H22 corresponde a uma área de habitação de baixa densidade, respeitando as seguintes regras:
- a) Número de pisos acima da cota de soleira: ≤ 2 ;
 - b) Índice bruto de construção: $\leq 0,25$;
 - c) Índice de implantação: $\leq 0,25$.

CAP. 7 - Do dimensionamento genérico de infraestruturas

Art.º 66º - Arruamentos

- 1- Os perfis transversais das vias estruturantes são os fixados no art.º 30º.
- 2- Os perfis transversais dos restantes arruamentos são os fixados nos art.ºs 45.º, n.º 2 (AE), 51.º, alínea d) (HE0), 52.º, alínea d) (HE1), 53.º, alínea d) (HE2), 54.º, alínea d) (HE3), 55.º, alínea c) (HE4).
- 3- Havendo preexistências ou outras condicionantes, as soluções a adoptar podem considerá-las, mas devem procurar aproximar-se dos perfis definidos.

Art.º 67º - Estacionamento

- 1- Os lugares de estacionamento a prever, em função das actividades a instalar, não deve ser inferior aos valores estabelecidos na Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de Março.
- 2- *(Revogado.)*
- 3- Nas zonas já urbanizadas, quando os parâmetros fixados no n.º 1 se revelarem incompatíveis com os princípios estabelecidos no n.º 2 do art.º 58.º, estes devem prevalecer, sem prejuízo de serem procuradas soluções que se aproximem daqueles parâmetros.
- 4- A concentração de actividades que motivem grande número de estacionamento, nomeadamente superfícies comerciais e restauração, devem ser objecto de estudo específico aprovado pelo município, que pode conduzir à obrigatoriedade de estacionamento superior ao definido no n.º 1.

- 5- Os estudos específicos referidos no número anterior devem ainda ser realizados relativamente aos equipamentos.
- 6- O estacionamento privado deve, preferencialmente, localizar-se em cave, devendo evitar-se nos alçados virados para o espaço público a presença excessiva de garagens e de acessos a estacionamento.

Art.º 68º - Espaços públicos

- 1- São previstas zonas verdes de uso público na planta de zonamento.
- 2- Nas zonas terciárias, especialmente naquelas em que este regulamento expressamente o determine, devem ser criados largos e praças, permitindo a estadia e o encontro, articulando-se com as funções terciárias dos edifícios.
- 3- Devem ainda ser criados outros alargamentos dos espaços públicos, os quais:
 - a) Devem garantir níveis adequados de desafogo e conforto para o estar e o circular dos peões e do automóvel;
 - b) Devem assumir sempre uma forma e uma função – os espaços que constituam simples sobra entre os edifícios devem ser privados;
 - c) Quando de pequena dimensão, devem recorrer a pavimentos duros, árvores e mobiliário urbano;
 - d) Dependendo do desenho urbano, não são sujeitos a uma regulamentação quantitativa.
- 4- Nas áreas já urbanizadas, face a uma rua com alinhamentos dominantes e espaço público insuficiente, deve ocorrer alargamento desse espaço público quando, face a uma intervenção, seja possível estabelecer um alargamento com frente $\geq 2L$ e profundidade $\geq L$ (sendo L a distância entre os alinhamentos dominantes).

CAP. 8 - Das condicionantes genéricas à edificação

Art.º 69º - Identificação e aplicação

- 1- São estabelecidas, para a generalidade da edificação, condicionantes relativas a caves, cotas da soleira, coberturas e sótãos, cérceas, saliências, afastamentos laterais, profundidade, afastamentos posteriores, anexos e alturas de meiação.
- 2- Estas regras genéricas devem ser entendidas como complementares das regras urbanísticas estabelecidas para cada zona, apenas sendo aplicáveis quando com elas compatíveis e sem prejuízo de estudos urbanísticos aprovados pela CMPV.

Art.º 70º - Caves

As caves, que obedecem à definição do art.º 4.º, n.º 7, alínea g), não sendo contabilizadas no n.º de pisos, estão sujeitas às seguintes regras:

- a) Podem ultrapassar o perímetro definido pela implantação do edifício, quando tal se revele necessário para assegurar o estacionamento regulamentar, desde que essa solução não acarrete consequências nas cotas do espaço público e respeite o estabelecido sobre as alturas de meação com os lotes vizinhos;
- b) Devem destinar-se, exclusivamente, a estacionamento, arrumos e serviços técnicos dos edifícios;
- c) Exceptuados os casos de estacionamento público em local que dele necessite, não podem constituir unidade funcional, sendo afectas ao uso do edifício e ou suas fracções.

Art.º 71º - Cotas da soleira

As cotas da soleira de edifícios directamente confrontantes com os espaços públicos, que obedecem à definição do art.º 4.º, n.º 7, alínea b), devem ser:

- a) Quando relativas a funções não habitacionais: ≤ 18 cm;
- b) Quando relativas a funções habitacionais: ≤ 90 cm.

Art.º 72º - Coberturas e sótãos

As coberturas e sótãos ficam sujeitos às seguintes regras:

- a) As coberturas dominantes são soluções inclinadas, com revestimento a telha de barro natural de cor vermelha, sem prejuízo de outras soluções arquitectonicamente justificadas;
- b) Não existindo condicionamento especial, designadamente de articulação com edificações contíguas, o arranque da cobertura deve coincidir com a intersecção entre planos da fachada e a última laje; a sua inclinação, relativamente à laje, não deve ultrapassar os 25º;
- c) Os sótãos podem ser utilizados quando apresentem condições regulamentares de habitabilidade; não podem, contudo, constituir unidade funcional, sendo afectos ao uso do edifício e/ou suas fracções.

Art.º 73º - Cérceas

As cérceas, que obedecem à definição do art.º 4.º, n.º 7, alínea d), resultam das condições de edificabilidade, nomeadamente do n.º de pisos estabelecidos para cada zona, sendo que:

- a) Em edifícios habitacionais e ou terciários, não devem, em princípio, ser superiores ao somatório: cota da soleira + 3,5 m por piso terciário + 3 m por piso habitacional;
- b) O edifício que se implante encostando edificações preexistentes, pode estabelecer a transição entre as respectivas cérceas.

Art.º 74º - Saliências

- 1- Ao nível do rés-do-chão não é permitida qualquer saliência sobre a via pública, nomeadamente varandas, escadas, rampas, floreiras e, de um modo geral, tudo o que seja passível de criar dificuldades à normal circulação de pessoas e veículos.

- 2- Ao nível dos pisos superiores são permitidas saliências sobre a via pública que respeitem, cumulativamente, as seguintes condições:
 - a) O comprimento da saliência seja inferior a 50% da largura do passeio, no máximo de 1,5m;
 - b) Sejam destinadas exclusivamente a varandas ou constituam elementos decorativos integrantes da composição da fachada, designadamente palas e beirais;
 - c) Estejam situadas a uma altura superior a 3 m relativamente à via pública.
- 3- As varandas balançadas devem ser concebidas de tal modo que o seu afastamento em relação aos limites do lote seja, no mínimo, igual ao comprimento do balanço e não sejam prejudicadas as condições de segurança e privacidade dos edifícios ou fracções contíguas.
- 4- Não é permitido o enclausuramento de varandas integradas na fachada voltada para a via pública, excepto em casos suportados em soluções de conjunto, que garantam a qualidade arquitectónica do edifício.

Art.º 75º - Afastamentos laterais

- 1- Os afastamentos laterais estão sujeitos às seguintes regras:
 - a) O afastamento lateral entre o plano da fachada lateral da edificação e o plano que contém a estrema da parcela ou lote, deve ser, pelo menos, igual a metade da altura dessa fachada, no mínimo de 3 m, contados a partir do ponto mais saliente da fachada, incluindo escadas, varandas e alpendres;
 - b) Desde que garantida a execução de solução de conjunto, pode admitir-se afastamento diferente em relação à estrema, desde que o intervalo entre os planos das fachadas laterais contíguas seja, no mínimo, igual à altura da fachada mais alta.
- 2- A aplicação das regras previstas no número anterior não prejudica as soluções de empena de encosto.

Art.º 76º - Profundidade

- 1- Na edificação em banda contínua ou geminada é admitida a profundidade de 15 m;
 - a) *(Revogada.)*
 - b) *(Revogada.)*
- 2- Excepcionalmente, pode ser adoptada a profundidade superior dos edifícios preexistentes a que encosta, numa distância de 3 m.
- 3- O disposto nos números 1 e 2 não prejudica a possibilidade de ampliação do piso térreo até ao limite da área de implantação admitida.

Art.º 77º - Afastamentos posteriores

- 1- Os afastamentos entre o plano de fachada posterior da edificação, considerado o ponto mais saliente, e o plano que contém a estrema oposta da parcela, estão sujeitos às seguintes regras:
 - a) Devem ser maiores ou iguais a metade da altura total da fachada posterior;
 - b) Desde que garantida a execução de uma solução de conjunto, pode admitir-se afastamentos diferentes, desde que, entre os planos de fachadas posteriores de edifícios distintos (ou volumes dos mesmos edifícios), seja assegurado um intervalo igual ou superior à cêrcea da edificação de altura mais elevada.
- 2- A aplicação das regras previstas no número anterior não prejudica as soluções de empena de encosto que respeitem a altura máxima de meação.

Art.º 78º - Anexos

Os anexos, que obedecem à definição do art.º 4.º, n.º 6, alínea c), estão sujeitos às seguintes regras:

- a) A sua altura não pode, em nenhum ponto da cobertura, exceder os 4 m, correspondente a um único piso;
- b) A sua implantação não pode prejudicar as condições de habitabilidade da restante edificação;
- c) Nas zonas do núcleo central em que não estão definidos índices urbanísticos (gestão por número de pisos, conforme o anexo II), é admissível uma área máxima para anexos com valor correspondente a uma faixa com a largura da fachada posterior da edificação principal e a profundidade de 6 m, podendo essa área ser distribuída pelo logradouro posterior sem qualquer restrição relativa à implantação ou ser utilizada para ampliação da profundidade do piso térreo;
- d) Excepcionalmente, nas zonas terciárias T1 e T2, admite-se a ocupação total do piso do rés-do-chão, desde que destinado exclusivamente ao reforço da capacidade de estacionamento automóvel a que se refere o art.º 67.º.

Art.º 79º - Alturas de meação

- 1- A altura de qualquer vedação ou empena confrontante com logradouro (não edificado) do vizinho, ou dele afastada menos de 3 m, não pode ser superior a 4 m, medidos em relação à cota do espaço público.
- 2- A alteração da cota do logradouro não pode conduzir a um desnível superior a 4m, medido entre a cota superior do muro de vedação e a cota final do logradouro decorrente da alteração.
- 3- Sem prejuízo do estudo de enquadramento que justifique uma solução diferente, a altura dos muros de vedação entre terrenos vizinhos não pode ultrapassar 2 m.

CAP. 9 - Dos parâmetros urbanísticos médios

Art.º 80º - Índice médio de utilização

- 1- É fixado para a UOPG n.º 1 (Agro-Velho), definida na planta de orientação executória, o seguinte índice médio de utilização:
 - a) UOPG n.º 1 (Agro-Velho): 0,7 m² de ABC por cada m² de terreno;
 - b) *(Revogado.)*
- 2- *(Revogado.)*

Art.º 81.º - Área de cedência média

- 1- A área de cedência média relativa à totalidade da área do PUPV, determinada através do quociente entre o somatório das áreas destinadas à rede viária colectora, estrutura verde e zonas de equipamentos, e a ABC das zonas habitacionais, terciárias e de actividades é igual a 0,50 m² por cada metro quadrado de ABC.
- 2- *(Revogado.)*

TÍTULO IV – DAS REGRAS PARA A EXECUÇÃO DO PLANO

CAP. 1 - Das regras gerais

Art.º 82º - Princípios

- 1- Todas as urbanizações, edificações, infraestruturas, equipamentos e espaços verdes a erigir na área do PUPV devem visar a melhoria formal e funcional do espaço onde se inserem.
- 2- *(Revogado.)*

Art.º 83º - Sequências e condições prévias

- 1- A edificação deve ser precedida de estudos urbanísticos e da existência dos correspondentes e necessários espaço público e de infraestruturas.
- 2- Sem prejuízo das disposições legais relativas a destaque de parcela, o licenciamento de obras de construção deve ser precedido de operações de loteamento ou operações com impacte semelhante como definidas em Regulamento Municipal, e respetivas obras de urbanização, salvo nas situações em que, face a uma parcela que se conforme com as soluções morfotológicas regulamentadas para a zona e face a um espaço público suficiente, seja demonstrada a desnecessidade de transformação da situação fundiária.

- 3- Considerado o disposto no n.º 1, a execução de uma dada operação urbanística pode ser condicionada à associação entre proprietários.
- 4- No caso previsto no número anterior, a Câmara Municipal pode dinamizar a associação entre proprietários ou assumir uma intervenção mais directa.
- 5- A Câmara Municipal pode fixar as características técnicas e a natureza das infraestruturas e espaços públicos a construir.

Art.º 84º - Estudos urbanísticos

- 1- Devem ser realizados estudos a escala adequada, sempre que tal se mostre necessário para atingir os objectivos do PUPV, especialmente para as áreas em que tal é indicado neste Regulamento.
- 2- Os estudos, que devem ter o desenvolvimento suficiente para assegurar a harmonia, o enquadramento e a complementaridade das diversas iniciativas públicas e privadas, podem traduzir-se em:
 - a) Planos de Pormenor, tal como definidos na legislação que disciplina o regime jurídico dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, incluindo as respectivas modalidades específicas;
 - b) Operações de loteamento urbano, nos termos do respectivo regime jurídico;
 - c) *(Revogada.)*
- 3- Os estudos a realizar devem compatibilizar os parâmetros urbanísticos estabelecidos com o princípio da igualdade, procurando obter a justa repartição de benefícios e encargos decorrentes das intervenções urbanísticas.
- 4- *(Revogada.)*

CAP. 2 - Das intervenções estratégicas e prioritárias

Art.º 85º - Âmbito e objectivos

- 1- Atento ao processo de transformação do território e às necessidades da população, o Município define, ao longo do tempo, as intervenções que possam desempenhar um papel estruturante ou multiplicativo no desenvolvimento e ordenamento da cidade.
- 2- Tal definição, respeitando as normas do PUPV, corresponde ao assumir de unidades operativas de planeamento e gestão, devendo incluir objectivos e programas de ocupação, delimitação territorial e sugestões para a respectiva execução.

Art.º 86º - Identificação preliminar

Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, são desde já identificadas as seguintes intervenções estratégicas e prioritárias, delimitadas na planta de orientação executória de forma aproximada (podendo sofrer eventuais acertos, em função do cadastro):

- a) Avenida 25 de Abril;
- b) Praça do Almada, eliminação do atravessamento automóvel;
- c) Da Avenida Mousinho de Albuquerque à Avenida 25 de Abril;
- d) Remodelação da Linha Férrea;
- e) Do Largo das Dores ao futuro Intermodal de Transportes;
- f) Estrutura Viária envolvente ao Parque da Cidade;
- g) Parque da Cidade e ligação à Marginal;
- h) Aver-o-Mar, nova centralidade e percursos afluentes;
- i) Aver-o-Mar, faixa a poente da Marginal;
- j) De Penalves ao Feira Nova;
- l) Argivai, Aqueduto de Santa Clara;
- m) Fronteira com Vila do Conde.

Art.º 87º - Disposições gerais

- 1- O essencial dos investimentos públicos e do esforço municipal de dinamização e associação de agentes deve ser canalizado para estas intervenções.
- 2- Nestas áreas, a edificação deve sempre subordinar-se a estudo urbanístico e a uma especial atenção e exigência nos correspondentes projectos de execução dos espaços públicos e dos edifícios mais marcantes.

Art.º 88º - Avenida 25 de Abril

- 1- Esta intervenção estratégica e prioritária, delimitada na planta de orientação executória, obedece ao seguinte programa:
 - a) Construção de Via Colectora (Avenida 25 de Abril), alternativa à actual EN 13, numa primeira fase apenas com duas faixas de rodagem;
 - b) Constituição de uma estrutura verde, criando percursos pedonais, acautelando impactos negativos entre as funções viária e residencial, e abrindo-se em espaços de lazer;
 - c) Urbanização dos espaços adjacentes, potenciando a construção de cerca de 1300 fogos (estudo urbanístico, como sugestão, em anexo); a modelação do terreno deve articular-se com a zona verde adjacente, por forma a viabilizar atravessamentos pedonais de nível.
- 2- A intervenção está sujeita às seguintes regras:
 - a) (Revogada.)
 - b) (Revogada.)

- c) Assunção pela CMPV dos encargos com a construção da Avenida 25 de Abril e com os maiores alargamentos verdes a nascente da via, um junto à capela de Nossa Senhora de Belém e outro junto à Escola de Penalves.

Art.º 89º - Praça do Almada, eliminação do atravessamento automóvel

- 1- Esta intervenção estratégica e prioritária obedece ao seguinte programa:
- a) Eliminação do atravessamento automóvel da Praça na direcção norte-sul (que ocorre sobre a EN 13), com salvaguarda dos transportes públicos;
 - b) Qualificação da Praça.
- 2- A intervenção está sujeita às seguintes regras:
- a) Elaboração, pela CMPV, de estudo de circulação, transportes e estacionamento, que abranja a globalidade da área T1; deve ser garantido o acesso automóvel à Praça, mas sem permitir o seu atravessamento (esquema / sugestão em anexo);
 - b) Obras correspondentes, que devem incluir uma nova ligação entre a Praça do Almada e o Largo das Dores.

Art.º 90º - Da Avenida Mousinho de Albuquerque à Avenida 25 de Abril

- 1- Esta intervenção estratégica e prioritária obedece ao seguinte programa:
- a) Construção de via, dando continuidade à Avenida Mousinho de Albuquerque, entre o Largo das Dores e a Avenida 25 de Abril, incorporando troço de atravessamento desnivelado do caminho-de-ferro (já construído);
 - b) Urbanização adjacente a esta via;
 - c) Remodelação / qualificação da Avenida Mousinho de Albuquerque e do Largo das Dores.
- 2- A intervenção está sujeita às seguintes regras:
- a) Construção e remodelação da via a cargo da CMPV;
 - b) Construção adjacente a dinamizar pela CMPV, podendo ocorrer através de operações urbanísticas individuais.

Art.º 91º - Remodelação da linha férrea

- 1- Esta intervenção estratégica e prioritária obedece ao seguinte programa:
- a) construção de metro ligeiro de superfície, sobre canal ferroviário actual, até à Avenida 25 de Abril;
 - b) Construção de passagem desnivelada na Rua de S. Brás; ponderação sobre as restantes passagens de nível;
 - c) Urbanização da zona da estação (T3), criando um espaço pedonal qualificado e garantindo a sua ligação à Praça do Almada, através do lote da actual Garagem Linhares (a reconverter);

- d) Criação de um espaço intermodal de transportes, junto à Avenida 25 de Abril (Espaço E29).
- 2- A intervenção está sujeita às seguintes regras:
- a) Acompanhamento do processo do metro ligeiro de superfície por parte da CMPV – projecto a cargo do Metro do Porto SA;
 - b) Urbanização do espaço T3 – proposta de dinamização pela CMPV do processo associativo entre proprietários, com eventual sujeição a unidade de execução;
 - c) Zona E29 – aquisição do terreno pela CMPV; promoção do empreendimento (intermodal + centro comercial) de forma empresarial, buscando parcerias.
 - d) Qualquer intervenção em zonas confinantes ou vizinhas do Domínio Público Ferroviário está condicionada ao cumprimento da legislação aplicável em vigor e ao parecer favorável da entidade competente.

Art.º 92º - Do Largo das Dores ao futuro intermodal de transportes

- 1- Esta intervenção estratégica e prioritária obedece ao seguinte programa:
- a) Criação de percurso entre o Largo das Dores e o futuro intermodal de transportes, privilegiando a função pedonal;
 - b) Urbanização adjacente;
 - c) Formatação e qualificação do actual espaço da feira (E28);
 - d) Aquisição de terrenos para intermodal de transportes e feira.
- 2- *(Revogada.)*

Art.º 93º - Estrutura viária envolvente ao Parque da Cidade

- 1- Esta intervenção estratégica e prioritária obedece ao seguinte programa:
- a) Construção de via colectora – da Avenida 25 de Abril ao antigo acesso norte ao IC1;
 - b) Construção do eixo viário EM 523 - Rua Cidade da Póvoa;
 - c) Urbanizações adjacentes;
 - d) Construção de equipamentos escolares e de um centro local (E12 e E13).
- 2- *(Revogada.)*

Art.º 94º - Parque da Cidade e ligação à Marginal

- 1- Esta intervenção estratégica e prioritária obedece ao seguinte programa:
- a) Construção do Parque da Cidade, zona verde pública de utilização informal;
 - b) Criação de estacionamento (E17) de recepção a visitantes;
 - c) Organização de acessos à praia, pedonais, de bicicleta e em transporte público;
 - d) Criação de um percurso para peões e velocípedes do Parque da Cidade à Marginal;
 - e) Urbanização de Penouces, colmatando vazios entre a Avenida do Mar e a Rua de D. Manuel I;

- f) Urbanização inicial de Agro-Velho, incluindo zona verde e equipamento;
 - g) Criação de um largo com estacionamento subterrâneo, onde se localize um edifício com funções terciárias, que constitua também remate ao parque de estacionamento existente a norte.
- 2- A intervenção está sujeita às seguintes regras:
- a) Aquisição do terreno e construção do Parque pela CMPV;
 - b) Dinamização, pela CMPV, de cada um dos proprietários da área de Penouces, substituindo-os se necessário;
 - c) Constituição de uma UOPG para a zona de Agro-Velho (UOPG n.º 1);
 - d) Articulação CMPV / Novotel, com vista à concretização do programa definido para o espaço fronteiro ao hotel.
- 3- Para a UOPG n.º 1 – Agro-Velho referida na alínea c) no número anterior são definidos os seguintes objectivos (constantes do estudo urbanístico, como sugestão em anexo):
- a) Estruturação viária assente no complemento das ligações transversais entre a Rua Gomes de Amorim (EN13) e a Avenida Repatriamento dos Poveiros;
 - b) Criação de amplos espaços verdes e equipamentos de utilização colectiva;
 - c) Delimitação de quarteirões formatados por bandas contínuas de edificações com soluções arquitectónicas de qualidade, em especial no que se refere à natureza dos materiais de revestimento das fachadas confinantes com o espaço público.

Art.º 95º - Aver-o-Mar, nova centralidade e percursos afluentes

- 1- Esta intervenção estratégica e prioritária obedece ao seguinte programa:
- a) Construção do prolongamento da Avenida Repatriamento dos Poveiros, até ao espaço E3; urbanização adjacente;
 - b) Construção de prolongamento da Avenida dos Pescadores, ligando-a a um troço da Rua Domingos P. Viana e, desta, à EN 13; urbanização adjacente;
 - c) Criação de uma nova centralidade (praças e construção marginal) entre o encontro das duas vias e a Avenida Nossa Senhora das Neves;
 - d) Qualificação da Avenida Nossa Senhora das Neves, com reforço da função pedonal.
- 2- *(Revogada.)*

Art.º 96º - Aver-o-Mar, faixa a poente da Marginal

- 1- Esta intervenção estratégica e prioritária obedece ao programa que vier a ser estabelecido no Plano Municipal de Ordenamento do Território previsto no âmbito do Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho (UOPG n.º 7) e cuja elaboração deve acolher as regras nele estabelecidas.
- a) *(Revogada.)*

b) *(Revogada.)*

c) *(Revogada.)*

2- *(Revogada.)*

Art.º 97º - De Penalves ao Feira Nova

1- Esta intervenção estratégica e prioritária obedece ao seguinte programa:

- a) Criação de um percurso, preferencialmente pedonal, desde Penalves (T20) ao Feira Nova (T25), incluindo passagem desnivelada sob a Avenida 25 de Abril;
- b) Urbanização dos espaços adjacentes;
- c) Construção de um centro local em Penalves (terciário e equipamento, para além de habitação);
- d) Construção de Escola Básica (E45);
- e) Qualificação do conjunto urbano correspondente ao Feira Nova, constituindo praça (com terciário), a ponte, e reformulando todo o acesso automóvel (T25).

2- A intervenção está sujeita às seguintes regras:

- a) Remodelação e qualificação do percurso a cargo da CMPV;
- b) Dinamização pela CMPV de cada um dos proprietários da área de intervenção (Penalves e ao longo do eixo pedonal), substituindo-os se necessário;
- c) Promoção pela CMPV da construção dos equipamentos de apoio local, sendo o terreno cedido em sede de operações de loteamento;
- d) Negociação com o Feira Nova, com vista à concretização da respectiva intervenção.

Art.º 98º - Argivai, Aqueduto de Santa Clara

1- Esta intervenção estratégica e prioritária obedece ao seguinte programa:

- a) Valorização do Aqueduto através da demolição de muros e construções contíguos e da criação de uma faixa verde de protecção e enquadramento;
- b) Urbanização dos espaços adjacentes;
- c) Localização, ao longo do Aqueduto, de três espaços de terciário (T26, T27, T28), estando o último associado à criação de equipamentos locais (E48).

2- *(Revogada.)*

Art.º 99º - Fronteira com Vila do Conde

1- Esta intervenção estratégica e prioritária obedece ao seguinte programa:

- a) Construção e alargamento de uma via principal, da Marginal à Avenida 25 de Abril, incluindo a Rua de São Brás e uma passagem desnivelada sob o caminho-de-ferro;
- b) Continuação da Avenida 25 de Abril, através do Concelho de Vila do Conde, até ao futuro Hospital (E50);

- c) Criação de um eixo com origem no troço de continuidade da Avenida 25 de Abril (junto ao Hospital) até ao Aqueduto, e de um nó na via de acesso sul ao IC1;
- d) Criação de um percurso (verde, pedonal e automóvel) da Av. 25 de Abril ao Aqueduto e deste ao acesso sul ao IC1.

2- A intervenção está sujeita às seguintes regras:

- a) Negociação com a Câmara Municipal de Vila do Conde com vista a uma iniciativa comum de construção dos referidos percursos e de estabelecimento das regras urbanísticas de ocupação marginal;
- b) Dinamização da construção do novo nó no acesso sul ao IC1 e correspondente eixo Hospital – Aqueduto e urbanizações adjacentes.

CAP. 3 - Dos critérios perequativos

Art.º 100º - Âmbito e Objectivos

- 1- São adoptados mecanismos perequativos para o solo já urbanizado ou susceptível de urbanização, distinguindo-se as seguintes áreas, assinaladas na Planta de orientação executória:
 - a) Áreas a abranger por planos de pormenor ou UOPG referida no artigo 80.º;
 - b) Áreas de grandes equipamentos;
 - c) Áreas restantes do Plano.
 - d) *(Revogada.)*
- 2- Os mecanismos perequativos visam cumprir os objectivos expressos no art.º 137º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção actual.
- 3- Ficam excluídos do âmbito de aplicação dos mecanismos perequativos os solos relativamente aos quais se verifique a existência de direitos de uso preexistentes e juridicamente consolidados.

Art.º 101º - Perequação dos benefícios

- 1- Nas áreas a abranger por planos de pormenor ou na UOPG referida no artigo 80.º o mecanismo perequativo reconduz-se às seguintes regras:
 - a) É fixado um direito abstrato de construir correspondente à edificabilidade média que é determinada pela construção admitida para o respetivo conjunto de propriedades, por aplicação dos índices e regras urbanísticas estabelecidas pelo plano, conforme previsto no artigo 80.º;
 - b) O direito concreto de construir resultará dos atos de licenciamento de operações urbanísticas, os quais deverão ser conformes aos índices e parâmetros estabelecidos pelo plano;

- c) Os proprietários que, de acordo com as disposições do plano, possam construir acima da edificabilidade média, devem demonstrar ter adquirido o excesso da edificabilidade admitida àqueles que, igualmente nos termos do plano, disponham, na mesma unidade de execução, de um direito concreto de construção inferior à mesma;
- d) As transações efetuadas ao abrigo desta disposição são obrigatoriamente comunicadas à Câmara Municipal e estão sujeitas a inscrição no registo predial;
- e) Quando a negociação referida na alínea c) não for possível, os proprietários que, de acordo com as disposições do plano, possam construir acima da edificabilidade média, cedem para o domínio privado do município uma parcela com a possibilidade construtiva em excesso.

2- *(Anterior n.º 5.)*

3- Nas áreas a abranger por planos de pormenor ou na UOPG referida no artigo 80.º o mecanismo perequativo reconduz-se às seguintes regras:

- a) *(Revogada.)*
- b) *(Revogada.)*
- c) *(Revogada.)*
- d) *(Revogada.)*
- e) *(Revogada.)*
- f) *(Revogada.)*
- g) *(Revogada.)*

4- *(Revogado.)*

5- *(Passa para n.º 2)*

Art.º 102º - Perequação dos encargos

- 1- São devidos pelos promotores encargos proporcionais à ABC prevista nas operações urbanísticas, nomeadamente: cedência de terreno, realização de obras de urbanização e pagamento de taxas.
- 2- Os promotores cedem para o domínio público municipal:
 - a) As parcelas de terreno destinadas a infraestruturas e pequenos espaços públicos que vão servir directamente o conjunto a edificar;
 - b) As parcelas de terreno destinadas a infraestruturas gerais, designadamente zonas verdes urbanas, equipamentos e vias colectoras, conforme previsto na Planta de zonamento do PUPV.
- 3- A cedência de terrenos para os fins previstos na alínea b) do número anterior, está sujeita a mecanismos perequativos nos termos seguintes:
 - a) É fixada para a Cidade da Póvoa de Varzim uma cedência média para os referidos fins de 0,5 m² por cada m² de ABC;

- b) Quando a cedência efectiva for superior ou inferior à cedência média, o proprietário é compensado pelo Município ou compensa, respectivamente, de forma adequada, nos termos a definir em Regulamento Municipal;
 - c) *(Revogada.)*
- 4- As taxas associadas aos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas, a estabelecer em Regulamento Municipal nos termos da lei geral, devem considerar os encargos do promotor com as obras de urbanização, funcionando como mecanismo perequativo.

CAP. 4 - Da política municipal de solos

Art.º 103º - Orientações gerais

A política municipal de solos, visando o desenvolvimento harmonioso do território, deve procurar:

- a) A articulação espacial e temporal e o equilíbrio custos/benefícios nos processos de construção de infraestruturas e edifícios;
- b) A dinamização das iniciativas urbanísticas e de construção do sector privado e cooperativo, orientando-as para as áreas de intervenção prioritária, que devem ser definidas ao longo do tempo;
- c) A adopção de mecanismos tendentes à efectiva construção nos terrenos destinados a esse fim, que estejam infraestruturados e não construídos;
- d) A constituição na posse da Câmara de uma bolsa de terrenos que lhe permita assegurar os mecanismos perequativos referidos no Capítulo anterior, uma política social e de desenvolvimento e uma intervenção supletiva no mercado fundiário;
- e) A promoção de programas de habitação social e ou a custos controlados, de forma directa ou indirecta, com a aquisição/disponibilização de terrenos para o efeito.

Art.º 104º - Unidades de execução

- 1- Para as áreas de intervenção prioritária, que o Município define ao longo do tempo tendo em atenção o processo de desenvolvimento do território e as orientações do PUPV, devem ser delimitadas, sempre que tal seja considerado útil, unidades de execução, a sujeitar ao sistema de cooperação ou ao sistema de imposição administrativa.
- 2- Para as áreas em que, para um desenvolvimento ordenado, se mostre conveniente a associação de proprietários, devem ser delimitadas unidades de execução a sujeitar ao sistema de iniciativa dos interessados, sendo recusada qualquer proposta de ocupação urbanística isolada.

Art.º 105º - Aquisição de terrenos destinados a equipamentos e infraestruturas

- 1- Os terrenos destinados a equipamentos e infraestruturas situados em espaços agrícolas e florestais são adquiridos por compra ou expropriação.
- 2- Quando os terrenos destinados a equipamentos e infraestruturas se situem em espaço urbano/urbanizável e em propriedades destinadas também a edificação, a CMPV convida os proprietários a promoverem a respectiva urbanização ou a associarem-se com ela nesse sentido – um a um, ou através de processo associativo, caso em que delimitará unidade de execução.
- 3- Na situação prevista no número anterior, caso se verifique a recusa ou indisponibilidade do proprietário por tempo considerado excessivo, a CMPV promove a aquisição, por compra ou expropriação, não só das parcelas destinadas a equipamentos ou infraestruturas mas também das destinadas à edificação, tendo em vista o desenvolvimento harmonioso dos espaços urbano/urbanizáveis, assegurando a articulação espacial e temporal das infraestruturas, equipamentos e edificação.

TÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.º 106º - Loteamentos em vigor

- 1- As regras do PUPV não prejudicam direitos adquiridos.
- 2- As disposições constantes no Título III deste regulamento não se aplicam às áreas de loteamentos com licença em vigor anterior ao PUPV.
- 3- Nas áreas referidas no número anterior só podem ser aprovadas alterações que se traduzam em aproximação às disposições constantes do Título III, contribuindo para o cumprimento dos objectivos do PUPV.
- 4- Nos loteamentos cujos alvarás não apresentem especificações relativamente às regras de implantação, área, construção, nº de pisos, nº de fogos e tipologias, por não serem exigidos na legislação aplicável à data da sua emissão, a CMPV promoverá, quando necessário, a actualização das plantas de síntese do loteamento, tendo em conta as construções já existentes.

Art.º 107º - Revogações

- 1- É revogado o Antepiano de Urbanização da Póvoa de Varzim, aprovado por Despacho Ministerial de 16 de Dezembro de 1948, do Conselho Superior de Obras Públicas, e publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, nº 195, de 21 de Agosto de 1992.
- 2- Fica alterado o Plano Director Municipal da Póvoa de Varzim, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 91/95, publicada no *Diário da República*, 1.ª Série-B, de 22 de Setembro de 1995, na área de intervenção do PUPV.

Art.º 108º - Entrada em vigor

O PUPV entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em *Diário da República*.